

## Governo estuda limitar investimentos extras em novo arcabouço fiscal, diz secretário

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou na sexta-feira (31) que o governo estuda limitar o tamanho do bônus para investimentos extras no novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A trava evitaria que um ingresso massivo de receitas acabe gerando um bônus exagerado para ser usado em gastos com investimentos públicos. Em live promovida pela corretora Warren Rena, Ceron também negou que o novo arcabouço exija um aumento da carga tributária para que o governo consiga entregar a prometida melhora nas contas.

A elevada dependência do modelo em relação ao aumento de receitas tem sido

um dos principais pontos de críticas de economistas à proposta do governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu para os próximos dias o anúncio de um novo pacote de medidas para ampliar a arrecadação em até R\$ 150 bilhões.

“Não concordo que a carga tributária subirá muito”, disse Ceron. O secretário voltou a criticar a decisão da gestão de Jair Bolsonaro (PL) de conceder uma série de renúncias fiscais no apagar das luzes do governo.

“Parte expressiva do problema que temos é decorrente de uma renúncia expressiva que tivemos, 1,5% do PIB”, disse. “Não tem um aumento de base tributária significativa como alguns possam imaginar. Acreditamos que, com

algum ajuste do ponto de vista de receitas em relação ao que tínhamos em 2022, temos condições de equilibrar o país e colocá-lo numa trajetória sustentável”, afirmou.

O novo arcabouço fiscal foi apresentado pela equipe econômica na quinta-feira (30) e prevê uma que o crescimento real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos 12 meses até junho do ano anterior.

O princípio central da regra é permitir o aumento das despesas, mas em ritmo menor do que a alta da arrecadação. Essa combinação é considerada crucial para zerar o déficit, melhorar a situação das contas e estabilizar a trajetória da dívida pública nos próximos anos. Idiana Tomazelli/Folhapress



## Economia



**Nova regra fiscal pode abrir caminho para queda da Selic, dizem economistas**

Página - 03

**Gasolina e álcool anidro têm alíquota única de R\$ 1,22 em 1º de junho**

Página - 03



**Para impulsar exportações agrícolas, Argentina planeja novo “dólar soja”**

Página - 05

**Presidente da Apex encontra Dilma e pede crédito para o agro ao Banco dos Brics**

Pág- 05

## Política

**Moraes diz que big techs devem responder por conteúdo monetizado e impulsionado**

Página - 04

**Lira tenta atrair partidos para superar bloco formado após racha no centrão**

Página - 04



## No Mundo

### EUA desistem de míssil hipersônico após novo fracasso em teste



Após quase cinco anos de testes, a Força Aérea dos Estados Unidos cancelou seu principal programa de míssil hipersônico, em mais um revés numa corrida em que está bem atrás da Rússia e da China, seus principais rivais militares.

O motivo foi um novo fracasso em teste do AGM-183A ARRW (sigla inglesa para Arma de Reação Rápida Lançada do Ar, mas que soa como “flecha”), no dia 13 passado.

O modelo era a aposta central do governo americano nessa tecnologia que leva mísseis de 5 a 20 vezes a velocidade do som, que havia concedido um contrato

de US\$ 480 milhões (equivalentes a US\$ 574 milhões hoje, ou R\$ 2,9 bilhões) à Lockheed Martin em 2018 para seu desenvolvimento.

O cancelamento foi informado em um documento enviado ao Congresso americano pelo secretário assistente de Aquisições da Força, Andrew Hunter, que não detalha a natureza dos problemas. Os EUA vêm testando a tecnologia, sem muitos avanços, desde 2010. O desenvolvimento do ARRW foi problemático, com uma série de fracassos, mas em dezembro do ano passado enfim um teste completo deu certo. É uma arma do tipo planador hipersônico, que a Rússia já opera e que a

China alegadamente testou no ano passado. No sistema, um míssil balístico de combustível sólido é lançado de um bombardeiro, no caso dos testes um gigante B-52H, vai até velocidades até 20 vezes acima da do som (24 mil km/h) e solta um planador, que pode manobrar até chegar a seu alvo com uma carga bélica --no caso do mesmo modelo russo, o Avangard, ela pode ser nuclear. Agora, sobrou aos EUA apenas um programa de hipersônico, o de um modelo menor e teoricamente mais simples, o HACM (Míssil de Ataque de Cruzeiro Hipersônico) da Raytheon. Ele já passou por quatro testes.

Igor Gielow/Folhapress

### Biden pede à Rússia que liberte repórter acusado de espionagem por Moscou: “Deixe-o ir”



O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pediu à Rússia na sexta-feira (31) que liberte o repórter detido do Wall Street Journal, Evan Gershkovich, acusado de espionagem por Moscou.

O serviço de segurança FSB da Rússia disse na quinta-feira (30) que deteve Gershkovich. Essa foi a ação pública mais séria contra um jornalista estrangeiro desde que a Rússia invadiu a Ucrânia.

“Deixe-o ir”, disse Biden

ao deixar a Casa Branca para uma viagem ao Mississippi devastado pela tempestade.

Questionado se iria expulsar diplomatas russos após a detenção de Gershkovich, Biden disse: “Esse não é o plano agora”.

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, chamou as acusações de espionagem de “ridículas” na quinta-feira (30) e disse que não havia evidências para apoiar a alegação.

O Journal disse que a de-

tenção de Gershkovich foi baseada em falsas alegações.

O FSB acusou Gershkovich de coletar informações classificadas como segredo de Estado sobre uma fábrica militar. Eles não deram o nome da fábrica ou onde estava, mas disse que deteve o jornalista de 31 anos na cidade de Yekaterinburg, nos Urais, enquanto tentava obter informações secretas. O FSB também não forneceu provas documentais ou de vídeo de sua culpa.

CNN

### Papa Francisco deve ter alta no sábado, a tempo da Semana Santa, diz Vaticano

O Vaticano anunciou na sexta-feira (31) que o papa Francisco deve ter alta já neste sábado (1º). A expectativa é que ele esteja presente na missa de Domingo de Ramos na praça São Pedro, que marca o início das celebrações da Semana Santa.

Mais cedo, o decano dos cardeais, Giovanni Battista Re, afirmou à agência de notícias italiana Adnkronos que o pontífice provavelmente presidiria todas as missas do período. Os festejos incluem uma procissão pelo Coliseu, em Roma, na Sexta-Feira Santa.

O porta-voz do pontífice havia comunicado na quinta-feira que ele recebeu o diagnóstico de bronquite e respondeu bem ao início do tratamento com antibióticos.

Tinha relatado ainda que o líder da Igreja Católica jantou pizza com sua equipe de médicos, enfermeiros, assistentes e seguranças uma de várias informações anedóticas divulgadas pela administra-

ção episcopal com o aparente intento de acalmar fiéis acerca do estado de saúde do papa.

Francisco foi internado no hospital universitário Gemelli, na capital italiana, na quarta-feira, após queixas de dificuldade para respirar ele está no quarto particular reservado a pontífices no décimo andar do prédio, que João Paulo 2º ocupou diversas vezes durante seu papado.

A hospitalização ressuscitou especulações sobre uma possível renúncia do argentino de 86 anos por razões de saúde após o precedente histórico estabelecido por seu antecessor, Bento 16 papa emérito por quase uma década e morto no final do ano passado aos 95 anos. O líder, que completou dez anos no comando da Igreja este mês, parecia bem nos instantes que precederam sua internação, tendo conduzido sua audiência semanal no Vaticano normalmente. Mas sua saúde frágil tem preocupado católicos nos últimos anos.

Folhapress



Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, Istoé Dinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Nova regra fiscal pode abrir caminho para queda da Selic, dizem economistas



Em sua última ata, divulgada na terça-feira (28), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) apontou que a materialização de um cenário com uma nova regra fiscal “sólida e crível” poderá trazer um processo de desinflação “benigno”.

Com a apresentação do texto do novo marco fiscal na quinta-feira (30), volta a expectativa de como – e quanto – o Comitê pode incorporar a proposta em suas próximas reuniões para definição da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

Luiz Fernando Figueiredo, comentarista de economia da CNN, avalia que, quando o

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que vai atrás de R\$ 100 bilhões a R\$150 bilhões — mesmo não sabendo quanto e quando vai conseguir — é uma boa sinalização.

“O governo passou a projetar agora um déficit primário de 0,5% neste ano. Há pouco tempo, era de 1%. Ou seja, está dizendo como arrumará este dinheiro”.

Com relação ao Banco Central, Figueiredo enfatiza que o assunto — um novo marco fiscal para as contas públicas — vem causando um impacto positivo no mercado nos últimos dias, principalmente neste momento da apresentação da proposta, já bem recebida pelas lideranças

políticas. “Isso vai ajudar o Banco Central a começar a dar os passos para uma possível queda de juros, que acredito que não seja na próxima reunião, mas talvez na seguinte”.

O economista e especialista em contas públicas, Murilo Viana, ressalta que a taxa Selic está em patamar elevado e tem tido bastante pressão por parte do governo e até por parte do mercado, para iniciar a trajetória de queda.

Vianna lembrou que o governo havia sinalizado que iria mandar uma regra fiscal que pudesse dar uma ancoragem de expectativa, tanto do mercado como do Banco Central, referente à solvência da dívida pública.

## Gasolina e álcool anidro têm alíquota única de R\$ 1,22 em 1º de junho

O Conselho Nacional de Política Fazendária decidiu que, a partir de 1º de junho, a alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da gasolina e do álcool anidro será de R\$ 1,22 por litro. O valor é menor do que havia sido definido na terça-feira (28), de R\$ 1,45. A medida ainda será publicada no Diário Oficial da União. O valor é ainda menor do que havia sido definido na terça-feira (28), de R\$ 1,45.

Segundo o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz), Carlos Eduardo Xavier, o novo valor está nos termos do que prevê a unificação do ICMS dos combustíveis ad rem, ou seja, nacional e espe-

cífica, cobradas uma só vez.

Xavier disse que a premissa básica para definir a alíquota foi olhar mais para as unidades federadas a fim de que elas não tenham mais perdas. “Fazemos um cálculo em cima de uma média do que temos hoje de alíquotas modais no país e chegamos a este valor, que é um valor que dá conforto às 27 unidades federadas”, disse Xavier. Ele explicou que, com este valor, as unidades federativas não terão mais perdas na arrecadação, em um contexto de perdas desde o ano passado.

Ainda não há uma estimativa do impacto disso nas bombas, para o consumidor. É que, como atualmente cada estado tem o seu ICMS, caberá a eles calcularem suas perdas, explicou o Xavier.

Priscilla Mazenotti/ABR



## Impostos sobre apostas esportivas online poderiam gerar R\$ 10 bilhões ao país



Representantes de sites de apostas esportivas começaram, na semana passada, a procurar parlamentares no Congresso Nacional para discutir a tributação sobre o jogo online que, segundo fontes ouvidas, podem render R\$ 10 bilhões por ano aos cofres do país — os cálculos são preliminares. As discussões aconteceram com políticos da base aliada do governo Lula na Câmara e no Senado. No debate, a possibilidade de que esses portais passem a pagar uma licença para operar no Brasil por cinco anos (cerca de R\$ 30 milhões), além de impostos que poderiam incidir sobre os lucros dos apostadores.

Na semana passada, a Associação Brasileira de Apostas Esportivas apresentou sugestões e análises a técnicos do Ministério da Fazenda, que prepara medida sobre a tributação do setor. O grupo critica, por exemplo, a possibilidade de que os apostadores que tenham lucros paguem impostos sobre eles.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que quer tributar o setor: na última quinta (30), durante a apresentação da regra fiscal, que citou “setores novos sequer regulamentados, falava-se muito na Câmara e no Senado sobre apostas eletrônicas que vai ser regulamentada, mas esse é um item de uma

lista extensa de beneficiários”.

Uma lei passou a permitir o negócio em 2018 no Brasil, mas, com mercado sem regulamentação, as empresas operam os sites fora do Brasil e não pagam impostos no país.

Procurado pelo setor na semana passada, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), que defende a legalização dos jogos em geral no Brasil (incluindo cassinos e outras plataformas eletrônicas de apostas) afirma que os portais de apostas esportivas veem com bons olhos a tributação: forma de legalizar a atividade, regulamentá-la coibindo as plataformas que operam clandestinamente no país e até a manipulação de resultados.

## Política

### Moraes diz que big techs devem responder por conteúdo monetizado e impulsionado



O ministro do STF Alexandre de Moraes afirmou na sexta-feira (31) que irá sugerir ao Congresso que as big techs sejam responsabilizadas por todo conteúdo monetizado e impulsionado. Segundo ele, essa proposta muda a ideia de que as plataformas são só intermediárias.

As medidas se inserem em sua visão de que as plataformas devem ser tratadas como empresas de mídia e não de tecnologia. Ele disse que as plataformas foram cooperativas na eleição do ano passado, dentro da visão delas do negócio, mas que há total irresponsabilidade.

Ao tratar do tema dos ataques à democracia nos últimos anos, Moraes também criticou condutas do ex-presidente

Jair Bolsonaro (PL), do partido dele, o PL, da Polícia Federal, da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e de autoridades que permitiram por meses a manutenção de acampamentos golpistas na frente de quartéis pelo país.

O ministro abordou os assuntos em dois eventos na capital paulista, um sobre a democracia e plataformas digitais, na Faculdade de Direito da USP, da qual é professor, e outro sobre o STF e a defesa da democracia, na Fundação FHC.

No começo da manhã, ao falar sobre as big techs na USP, Moraes disse que “o que ocorre hoje é uma total irresponsabilidade dos que levam a notícia para milhares de pessoas”.

“Dia 8 de janeiro é o gran-

de exemplo de instrumentalização das redes. Várias medidas já eram de destruição e deixaram proliferar.”

Segundo Moraes, no ano passado o TSE esperou “até o limite” o Congresso agir em relação à proliferação de notícias falsas. Como isso não ocorreu, o tribunal agiu com resolução que aumentou seus poderes para a retirada de conteúdos.

Ele também quer que a inteligência artificial, já é usada para rastrear pedofilia, por exemplo, sirva para barrar automaticamente postagens de incitação à violência, racismo e nazismo, entre outros.

“Não podemos deixar de regulamentar senão fica só a decisão extrema que é tirar do ar. É 8 ou 80. Como foi com o Telegram.”

Angela Pinho/Folhapress

### Haddad se reúne com mercado e empresários após anúncio do arcabouço fiscal

No dia seguinte à apresentação do arcabouço fiscal, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) recebeu representantes do mercado financeiro e de setores produtivos em São Paulo.

Os encontros, sete no total, foram agendados com antecedência para tratar de assuntos diversos, incluindo a nova regra fiscal e a esperada reforma tributária.

Durante a manhã de sexta (31), estiveram com o ministro representantes do Santander Brasil, entre eles o presidente Mário Leão; a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e o presidente presidente da Enel, Max Xavier.

Na parte da tarde, são esperados economistas chefes de agências do mercado

financeiro e o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, que tem relação próxima com o governo Lula e chegou a entregar uma contribuição à reforma tributária cerca de três meses atrás.

A agenda do ministro da Fazenda termina com Rodrigo Luna, presidente do Secovi-SP, para falar sobre o mercado imobiliário brasileiro e a reforma tributária.

O adiamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China permitiu a Haddad antecipar a proposta que substituirá o atual teto de gastos. O texto agora será submetido para análise do Congresso.

A antecipação do arcabouço também acabou ofuscando o retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil, após três meses nos EUA.

Ana paula Branco/Folhapress



### Lira tenta atrair partidos para superar bloco formado após racha no centrão



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tenta atrair partidos para manter em torno de si um contingente formal de cadeiras maior do que o do recém-criado bloco que uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC.

O pano de fundo da articulação envolve a disputa de poder dentro do Congresso, a força que cada agrupamento terá na relação com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a própria sucessão do presidente da Câmara que ocorrerá em fevereiro de 2025.

O bloco criado nesta semana afetou o poder de Lira e dividiu o centrão, até então formado por PP, PL e Republi-

canos. O movimento que esvazia o poder interno de Lira ocorre ao mesmo tempo em que o presidente da Câmara trava uma disputa com o Senado em torno da tramitação das MPs, que são o principal mecanismo do governo para legislar mas que precisam ser validados pelo Congresso.

O grupo de partidos de centro e de direita não alinhados ao centrão se fortaleceu, obtendo a adesão do Republicanos e somando 142 das 513 cadeiras. Alguns integrantes do novo bloco afirmam que a união pode ser um estímulo para adesão futura de parte do Republicanos a Lula, embora dois componentes conspiram contra: 1) a avaliação consensual de que nenhum partido de centro e de direita deve dar

apoio fechado ao governo e 2) o fato de o partido abrigar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos nomes cotados para a disputa presidencial de 2026.

Lira tentou formar uma federação entre PP e União Brasil, mas as articulações fracassaram. Os dois partidos, porém, podem ainda formar um bloco, mas mesmo nesse caso reuniriam 108 deputados. Nesse cenário, eles seriam a segunda maior força política na Casa.

Não há disposição no PL de Jair Bolsonaro, que tem 99 deputados, para integrar algum bloco por enquanto. Isso porque tanto o de Lira como o do Republicanos têm interesse em negociar e apoiar o governo.

Vitoria Azevedo/Folhapress



## Presidente da Apex encontra Dilma e pede crédito para o agro ao Banco dos Brics



O presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Jorge Viana, se reuniu com a presidente do Banco dos Brics, Dilma Rousseff, em sua viagem à China e pediu a expansão da linha de crédito da instituição para o agronegócio brasileiro.

De acordo com Viana, a linha de crédito do Banco costumava ser de US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 1,01 bilhão). Ele solicitou à ex-presidente da República que o valor ultrapasse os US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 2,5 bilhões). “Estou hoje aqui no Banco dos Brics. Vim con-

versar com a presidente do Banco, Dilma Rousseff, para buscar apoio para o processo de chegada de empresas chinesas no Brasil e para fortalecer as exportações do Brasil”, disse em vídeo publicado em suas redes sociais.

“O Brasil tinha um programa de US\$ 200 milhões neste banco. Eu vim falar disso com a ex-presidente Dilma e espero que [o novo valor] ultrapasse o dobro ou US\$ 500 milhões, para que haja um crescimento ainda maior do agronegócio”, completou.

A ex-presidente da República Dilma Rousseff foi eleita para a presidência do Novo Banco do Desenvolvimento (NDB), conhecido

como Banco dos Brics, no último dia 24. A instituição financeira apoia o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Viana também comentou caso recente em que setores do agronegócio brasileiros criticaram sua participação em um seminário. Diante de executivos chineses, o presidente da Apex defendeu que o governo e o empresário reconheçam problemas ambientais relacionados na Amazônia ao invés de tentar ocultá-los.

Para a bancada, o posicionamento de Viana em relação aos problemas ambientais brasileiros “foi equivocado”.

CNN

## Para impulsionar exportações agrícolas, Argentina planeja novo “dólar soja”



O governo da Argentina está planejando uma nova taxa de câmbio preferencial, o “dólar da soja”, para as exportações agrícolas, disse um porta-voz do governo na quinta-feira (30), enquanto um dos maiores produtores de grãos do mundo procura estimular os embarques após uma forte seca que atingiu as lavouras.

De acordo com o plano, divulgado inicialmente pela mídia local citando o ministro da Economia, Sergio Massa, a taxa preferencial entraria em vigor em abril, com outras taxas preferenciais para setores-alvo nos próximos meses.

## Conselho Monetário eleva limites de financiamento em linha do Pronaf

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, na quinta-feira (30), a elevação dos limites de financiamento da linha de crédito de industrialização para Agroindústria Familiar, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com a decisão, o limite passará de R\$ 15 milhões para R\$ 25 milhões por cooperativa, com teto por associado ativo maior, de R\$ 45 mil para R\$ 60 mil.

A medida vale para contratações até 30 de junho deste ano e abrange cooperativas

com, no mínimo, 75% dos participantes ativos beneficiários do Pronaf e desde que 75% da produção financiada seja oriunda da agricultura familiar.

Atualmente os requisitos para acesso a esta linha são de 60% de participantes e 55% da produção com origem na agricultura familiar.

O CMN é um órgão colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e composto pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Pedro Rafael Vilela/ABR



A cotação do dólar da soja foi utilizada duas vezes no ano passado para estimular as vendas.

“É um programa de incentivo às exportações que visa facilitar a capacidade e o cumprimento dos contratos de nossos exportadores no ano da seca, entendendo as dificuldades que nossos produtores sofreram”, disse Massa à mídia argentina em Washington.

A Argentina, maior exportadora mundial de óleo e farelo de soja processado, foi atingida por uma de suas piores secas da história, da qual suas produções principalmente de soja e milho foram duramente atingidas, prejudi-

cando a receita em dólares.

O endividado país sul-americano precisa desesperadamente de moeda estrangeira para reabastecer as reservas esgotadas e garantir que possa cumprir as obrigações de pagamento e cobrir suas dívidas com os credores e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Argentina tem rígidos controles de capital que restringem o acesso a dólares e que criaram populares mercados de câmbio paralelos, onde os dólares são negociados ao dobro da taxa oficial.

O chamado dólar da soja deve estimular agricultores e exportadores a embarcar seus grãos.

CNN

## Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57

## Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
<b>Ativo</b>					<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>		14.257		162.742	<b>Circulante</b>		488		108.333
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.209		35.338	Fornecedores	9			14.228
Contas a receber	7			14.342	Obrigações trabalhistas				129
Impostos a recuperar		18		606	Obrigações tributárias	8			67
Adiantamento a fornecedores				7	Valor justo dos contratos de energia	13			93.429
Valor justo dos contratos de energia	13			112.413	Outras contas a pagar		480		480
Outras contas a receber		30		36	<b>Não circulante</b>				<b>81.630</b>
<b>Não circulante</b>		<b>96.719</b>		<b>108</b>	Valor justo dos contratos de energia	13			42.727
Valor justo dos contratos de energia	13			137.601	Passivo fiscal diferido	16			38.903
Investimentos	8	96.719		95	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>110.488</b>		<b>110.488</b>
Imobilizado				13	Capital social	10	50.000		50.000
<b>Total do ativo</b>		<b>110.976</b>		<b>300.451</b>	Capital a integralizar	10	(10.000)		(10.000)
					Reserva legal	10	3.549		3.549
					Reserva de lucros a realizar	10	66.939		66.939
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>110.976</b>		<b>300.451</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** – A Genco Holding Participações S.A. (“Companhia” ou “Genco Holding”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de julho de 2021, que explora o ramo de atividade de Holdings de instituições não financeiras. A Companhia tem sede no município de São Paulo, na sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Cidade Jardim, CEP 05.676-120. Em 12 de maio de 2022, a Companhia realizou a aquisição de quotas da Genco Energia Ltda. (“Genco Energia”), anteriormente denominada Flow Energia Comercializadora Ltda., uma sociedade limitada, com sede no mesmo endereço da Genco Holding, Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, São Paulo (SP), cujo objetivo principal é a comercialização de energia elétrica, e objetivos secundários: (i) coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (ii) consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (iv) participação em outras sociedades, exceto holdings. A Genco Energia foi autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.712 de 31 de julho de 2018. A Greenlands Participações Ltda. foi constituída em 24 de outubro de 2022 olhando para as recentes tendências de mercado com sustentabilidade que é um dos vieses do grupo Genco, com objetivo de investir na gestão de propriedades rurais para promover a conservação permanente das florestas, preservar a biodiversidade e apoiar as comunidades locais por meio da geração de créditos de carbono seguindo padrões confiáveis das principais certificadoras globais.

**2. Relação de entidades investidas** – As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora, sua controlada e controladas em conjunto (o “Grupo”). A seguir, as investidas na qual a Companhia detém participação direta ou participação societária:

	País	Participação	
		2022	2021
Genco Energia Ltda.	Brasil	100%	–
Greenlands Participações Ltda. (i)	Brasil	50,1%	–

(i) A gestão da Greenlands Participações é realizada em conjunto, portanto, o respectivo investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, bem como, não se aplica a consolidação das demonstrações financeiras. Em 27 de maio de 2022 os então sócios da Genco Energia, Alan Zelazo e Eduardo Cruz cederam e transferiram onerosamente para Genco Holding Participações S.A. por R\$ 550 as quotas da Genco Energia Ltda. (Antiga Flow) tornando a Genco Holding a única quotista e controladora da empresa a partir desta data. O patrimônio líquido da Genco Energia no momento da aquisição era de R\$ 393. Por não se tratar de uma combinação de negócios, adicionado a imaterialidade da transação, a variação do valor da aquisição contra o valor do patrimônio líquido da controlada foi classificado como prejuízo na aquisição das quotas da empresa, impactando o resultado líquido em R\$ 157. A aquisição foi classificada como uma aquisição de ativo, pois, a Companhia não possuía processos, força de trabalho, dentre outros itens necessários para ser classificado como uma combinação de negócios. A consolidação passou a ser realizada em 27 de maio de 2022, em linha com a cessão de participação dos antigos sócios a Genco Holding.

**3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Diretoria em 21 de março de 2023.

**b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Julgamento e uso de estimativas contábeis:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(f) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas: **Nota Explicativa nº 13** – Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.; **Nota Explicativa nº 16** – Realização do imposto de renda e contribuição social diferido; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 13** – Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. **4. Principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de consolidação: (i) Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Resultados oriundos de transações com Companhia investida registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento. **(iii) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que já a perda de controle. **(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimento controlado em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados

## Demonstrações de Resultado do Exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receita operacional líquida	11	–	–	66.027
Custos operacionais	12	–	–	(65.961)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	13	–	–	113.859
<b>Lucro bruto</b>				<b>113.925</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	14	(1.330)	–	(6.680)
Resultado de equivalência patrimonial	8	71.226	–	(5)
Outras (despesas)/receitas operacionais		–	–	10
<b>Resultado financeiro</b>		<b>69.897</b>		<b>(6.675)</b>
Receitas financeiras	15	1.128	–	2.677
Despesas financeiras	15	(37)	–	(37)
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>70.988</b>		<b>109.890</b>
IRPJ e CSLL – corrente		(20)	–	(20)
IRPJ e CSLL – diferido	16	–	–	(38.902)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>70.968</b>		<b>70.968</b>
Atribuível à: Controladores				70.968
Não controladores				–

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	70.968	–	70.968	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>70.968</b>	<b>–</b>	<b>70.968</b>	<b>–</b>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Capital a Integralizar	(1)	–	–	(1)
Capital social	1	–	–	–
<b>Saldo em 31/12/2021 (não auditado)</b>				
Lucro líquido do exercício	–	–	–	70.968
Reserva legal	–	3.549	–	(3.549)
Dividendos antecipados	–	–	–	(480)
Reserva de lucros a realizar	–	–	66.939	(66.939)
Capital a Integralizar	10	(10.000)	–	–
Capital social	10	50.000	–	–
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>40.000</b>	<b>3.549</b>	<b>66.939</b>	<b>–</b>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>70.968</b>		<b>70.968</b>
<b>Ajustado por:</b>				
Resultado do valor justo de contratos de energia	13	–	–	(113.859)
IRPJ e CSLL diferidos	16	–	–	38.903
Resultado de equivalência patrimonial	8	(71.226)	–	5
<b>Aumento/(diminuição) em ativos</b>				
Contas a receber	–	–	–	(14.342)
Impostos a recuperar	–	(18)	–	(606)
Adiantamento a fornecedores	–	–	–	(7)
Outros ativos	–	(30)	–	(35)
<b>(Aumento)/diminuição em passivos</b>				
Fornecedores	–	–	–	14.228
Obrigações trabalhistas	–	–	–	129
Obrigações tributárias	–	8	–	67
<b>Caixa consumido nas operações</b>		<b>(298)</b>		<b>(4.549)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado	–	–	–	(13)
Aporte investimentos	–	(25.100)	–	–
Aquisição inicial de investimentos	8	(392)	–	(99)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(25.492)</b>		<b>(112)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Integralização de capital	10	40.000	–	40.000
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>40.000</b>		<b>40.000</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>14.209</b>		<b>35.338</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	14.209	–	35.338
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>14.209</b>		<b>35.338</b>

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

nadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas com despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **I. Normas e interpretações ainda não efetivadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). (i) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro

continua ...



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

... continuação

de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais no período de aplicação inicial. A empresa permanece monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (ii) **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (iii) **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. (iv) **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da empresa. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da empresa.

**5. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros – Fatores de risco:** As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras são valorizadas com base na variação do CDI, com encargos e juros calculados de acordo com as condições usuais praticadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumento de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras (Nota 7)	14.209	-	35.338	-

(ii) **Risco de preço no fornecimento de energia:** A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, entre outros. **b. Risco de crédito:** A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com contrapartes. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha. **c. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Controladora		Consolidado	
	2022	6 meses ou menos	2022	2021
Fornecedores (Nota 10)	14.228	-	14.228	-

*Instrumentos financeiros por categoria:* No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Valor justo por meio de resultado					
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	7 nível 2	14.209	14.209	33.706	33.706
Valor justo na compra e venda de energia	9 nível 3	-	-	250.014	250.014
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa – bancos	6 nível 2	-	-	1.632	1.632
Cientes a receber	8 nível 2	-	-	14.342	14.342
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>14.209</b>	<b>14.209</b>	<b>299.694</b>	<b>299.694</b>

**Passivos financeiros mensurados a valor justo**

Valor justo por meio de resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Valor justo na compra e venda de energia	9 nível 3	-	-	136.156	136.156
Custo amortizado					
Fornecedores	10 nível 2	-	-	14.228	14.228
<b>Total dos passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>150.384</b>	<b>150.384</b>

**Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	-	-	1.632	-
Aplicações financeiras	14.209	-	33.706	-
<b>Total</b>	<b>14.209</b>	<b>-</b>	<b>35.338</b>	<b>-</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um baixo risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros a custos amortizado e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, são remuneradas a taxas que variam de 99% a 101% em 31 de dezembro de 2022. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança significativa de valor, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Henrique Coelho Casotti – Diretor CPF: 014.452.106-73

**Genco Holding Participações S.A.**

**7. Contas a receber**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
CCEE (i)	42	-
Não faturados (ii)	14.300	-
<b>Total</b>	<b>14.342</b>	<b>-</b>

(i) O saldo de "CCEE" refere-se a venda de energia realizada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (ii) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data base e foi faturado e recebido no mês subsequente. O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Dessa forma, não há provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o saldo contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros quando aplicável. **a. A composição contas a receber por vencimento**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer em até 30 dias	14.342	-
<b>Total</b>	<b>14.342</b>	<b>-</b>

**8. Investimentos – a) Composição**

	2022		31/12/2022		31/12/2021	
Genco Energia Ltda	100%	96.624	-	-	-	-
Greenlands Participações Ltda.	50,01%	95	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>96.719</b>				

**b) Movimentação**

	Aquisição		Resultado de equivalência	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Genco Energia Ltda	-	392 25.000	71.232	96.624
Greenlands Participações Ltda.	-	- 100	(5)	95
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>392 25.100</b>	<b>71.226</b>	<b>96.719</b>

**c) Informações financeiras resumidas das investidas (participação direta)**

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Genco Energia Ltda	286.099	189.475	-	-	26.263	70.361	-	-
Greenlands Participações Ltda.	90	-	-	-	101	(11)	-	-
<b>Total</b>	<b>286.189</b>	<b>189.475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.364</b>	<b>70.350</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**9. Fornecedores**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão compra por competência (i)	13.690	-
Fornecedores outros (ii)	538	-
<b>Total</b>	<b>14.228</b>	<b>-</b>

(i) O saldo de "provisão por competência" é composto por compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujos contratos de compra e o consumo de energia ocorreram no último dia de cada data base e serão faturados e liquidados pelos fornecedores de energia no mês subsequente. (ii) Refere-se a gastos com fornecedores diversos. **10. Patrimônio líquido – a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.000, dividido em 50.000.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 500 reais em 31 de dezembro de 2021). Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2022, foi homologado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 50.000, sendo que até a data base 31 de dezembro de 2022, foi integralizado o montante de R\$ 40.000 restando R\$ 10.000 a integralizar.

**Acionista**

	Quantidade de ações		Valor		% capital	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Alan Zelazo	16.875.169	16.875	16.875	16.875	34%	34%
Eduardo das Sasso	16.875.169	16.875	16.875	16.875	34%	34%
Carlos Bacchan Netto	10.000.100	10.000	10.000	10.000	20%	20%
Henrique Coelho Casotti	6.250.062	6.250	6.250	6.250	13%	13%
<b>Total</b>	<b>50.000.500</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**b) Dividendos e Reserva de lucros a realizar:** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. O lucro contábil de 2022 está atribuído principalmente pelo resultado não realizado de contratos futuros de energia, dessa forma, a administração optou por destinar o excedente de lucros para a reserva de lucros não realizados. Ainda, em 2022 a Companhia antecipou o valor de R\$480 de dividendos, que serão liquidados em 2023. **c) Reserva legal:** O Estatuto social prevê a constituição de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 3.549. **11. Receita operacional líquida –** Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Venda de energia	55.871	-
Receita com venda não faturada	16.555	-
Receita com trading energético	613	-
(-) PIS	(1.241)	-
(-) COFINS	(5.715)	-
(-) ICMS	(56)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>66.027</b>	<b>-</b>

**12. Custos de energia elétrica**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Compra de energia para revenda	(51.314)	-
Provisão para compra de energia	(14.470)	-
Custo de operação	(178)	-
<b>Custo de energia elétrica</b>	<b>(65.961)</b>	<b>-</b>

**13. Instrumentos financeiros – valor justo dos contratos de energia –** Como descrito na Nota Explicativa nº 4.b, a Companhia opera no Mercado Livre de Energia, e firmou contratos de compra e venda com as contrapartes, que devem ser reconhecidos pelo valor justo. O valor justo dos contratos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos e/ou especializados, na medida em que tais dados observáveis de mercado e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação de preços, margem de risco de fornecimento e preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A carteira de contratos suscetíveis a esta avaliação é composta por 423 contratos em 31 de dezembro de 2022, os quais possuem variação de prazo de suprimento com média de 6,9 meses, com volume médio de venda de 3,4 MWh. Estas transações resultam em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que é reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$ 113.859 em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecida na rubrica "Resultado com MTM de contratos futuros".

**Instrumentos financeiros (contratos futuros)**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ganho temporário – Ativo circulante	112.413	-
Ganho temporário – Ativo não Circulante	137.601	-
<b>Total</b>	<b>250.014</b>	<b>-</b>

**Perda temporária – Passivo circulante**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Perda temporária – Passivo não circulante	(93.429)	-
<b>Total</b>	<b>(93.429)</b>	<b>-</b>

**Resultado do valor justo de contratos de energia**

	Até		Até		Acima	
	01 ano	02 anos	03 anos	de 03 anos	Total	
Valor justo contratos de energia	18.947	10.994	6.314	77.604	<b>113.859</b>	

Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz – Diretor CPF: 331.048.908-62

a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e juros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade especulativa. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos. Isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada: • Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela; • Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em empresas de pequeno porte; • Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições. Para mitigar esses riscos a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia e caução. Adicionalmente, a Companhia avalia a reputação da contraparte e conhecimento técnico de seus sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

**Fornecedores**

	Até 01 ano		Até 02 anos		Até 03 anos		Acima de 03 anos		Total
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Fornecedores	14.228	-	-	-	-	-	-	-	14.228

**Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a empresa detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia utiliza diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela Administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco. Exposição energética em Mwh:

	Compra		Venda		Exposição (Short)/Long	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
De janeiro/2023 a dezembro/2023	1.761	(1.928)	-	-	(167)	(167)
De janeiro/2024 a dezembro/2026	1.371	(1.550)	-	-	(179)	(179)
De janeiro/2027 a janeiro/2035	88	(2.076)	-	-	(1.988)	(1.988)
<b>Total</b>	<b>3.219</b>	<b>(5.553)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.334)</b>	<b>(2.334)</b>

**14. Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com pessoal	-	-	(1.084)	-
Honorários advocatícios	(651)	-	(954)	-
Serviços pessoa jurídica (i)	(470)	-	(3.510)	-
Despesas gerais e administrativas (ii) (209)	(1.330)	-	(1.133)	-
<b>Total</b>	<b>(1.330)</b>	<b>-</b>	<b>(6.680)</b>	<b>-</b>

(i) O saldo de serviços pessoa jurídica refere-se a serviços de consultoria no valor de R\$ 2.307, serviços de informática no valor de R\$ 341, serviços de auditoria no valor de R\$ 175, serviços de assessoria no valor de R\$ 142, serviços de engenharia no valor de R\$ 95, honorários contábeis no valor de R\$ 45, demais despesas com pessoa jurídica de R\$ 405. (ii) O saldo de despesas gerais e administrativas refere-se a despesa com aluguel e condomínio no valor de R\$ 223, aquisição de empresas R\$ 157, viagens e estadias R\$ 189, manutenção em imóvel de terceiro no valor de R\$97, serviços administrativos no valor de R\$ 95 e outras despesas no valor de R\$ 369.

**15. Receitas e despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.183</b>	<b>-</b>	<b>2.813</b>	<b>-</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	(55)	-	(136)	-
(-) pis e cofins s/ receita financeira	1.128	-	2.677	-
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>		



continuação

um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 9** – mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • **Nota explicativa nº 10** – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques; premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência; • **Nota explicativa nº 14** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota explicativa nº 16** – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • **Nota explicativa nº 24** – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota explicativa nº 26** – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas. **Mensuração ao valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis) A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis: 5.1 Normas adotadas a partir de 01/01/2022: Alterações à IAS 37 / CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato:** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **5.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas não vigentes em 31/12/2022:** Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir estão listados os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, e foram objeto de emissão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **IFRS 17 – Contratos de seguros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 01/01/2023, permitida adoção antecipada):** A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro – A Administração não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas demonstrações financeiras. **Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 01/01/2023, permitida adoção antecipada):** As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado. **7. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Informação por segmento:** A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos. O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade. **c. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **d. Contas a receber de clientes:** Correspondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perdas é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **e. Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias. **f. Receitas e despesas financeiras:** As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **g. Subvenção governamental:** É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são: • Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada • Assumir a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS • Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas **h. IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são

determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável. **j. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os serviços profissionais. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3-40 anos
Móveis e utensílios	3-10 anos
Veículos	5-8 anos
Equipamentos de informática	3-10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10-21 anos
Aeronave	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **k. Intangível: Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros foram prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis. **(l) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **I. Arrendamento mercantil:** Com adoção da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos. A Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transação descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Durante o exercício findo em 31/12/2022 e 2021, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Prazo	Taxa incremental	Taxa real
1 ano	10,96%	7,46%
2 anos	11,13%	7,63%
3 anos	12,05%	8,55%
4 anos	12,17%	8,67%
5 anos	12,74%	9,24%
6 anos	12,82%	9,32%
7 anos	13,35%	9,85%
8 anos	13,41%	9,91%
9 anos	13,91%	10,41%
10 anos	13,96%	9,44%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis em custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Os critérios para a provisão de perda estimada do contas a receber foram definidos a partir de políticas de crédito da Companhia, onde são estabelecidos ratings para os clientes. A partir do rating de cada grupo de clientes foram definidos percentuais de risco que são aplicados sobre a carteira de clientes. As métricas de provisão estão embasadas em médias de títulos em atraso dos últimos 3 anos. Os percentuais de risco de cada rating estão demonstrados abaixo: • Rating AA – 0,0% sobre a carteira de clientes; • Rating A – 0,9% sobre a carteira de clientes; • Rating B – 10,6% sobre a carteira de clientes; • Rating C – 14,6% sobre a carteira de clientes • Rating D – 50,0% sobre a carteira de clientes • Rating E – 100,0% sobre a carteira de clientes O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do cliente; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade de que o devedor estrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização; O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar um ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das

Demonstração dos fluxos de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>33.106</b>	<b>55.926</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Provisão para perda esperada do contas a receber de clientes	09 / 15 / 18	(2.629)	1.454
Depreciações e amortizações	/ 16	10.480	8.456
Encargos financeiros	18 / 19	5.161	16.556
Provisão de juros das debêntures	20	21.599	-
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	29.e	2.159	(564)
Plano de pagamento baseado em ações		-	479
Dividendos compensados		-	(569)
Despesa de IRPJ e CSLL - corrente	14	-	2.854
Despesa de IRPJ e CSLL - diferido	14a	(2.558)	3.041
Provisão para processos judiciais		1.522	440
Ajuste ao valor realizável de estoque	10	2.341	(3.382)
Baixa do ativo imobilizado	15/16	5.627	194
Custo residual do ativo imobilizado baixado		-	-
<b>(Acréscimo) decréscimo nas contas de ativos operacionais</b>			
Contas a receber	9	(20.639)	(22.838)
Adiantamentos a fornecedores	11	1.407	8.382
Impostos a recuperar	12	4.421	(3.704)
Estoques	7	4.476	(24.743)
Outros créditos		315	106
<b>Acréscimo (decrécimo) nas contas de passivos operacionais</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	17	12.279	1.071
Impostos e contribuições	22	810	(109)
Obrigações trabalhistas	21	528	2.228
Parcelamentos fiscais	23	(1.600)	1.021
Outras obrigações		3.439	(3.474)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>82.244</b>	<b>42.825</b>
	18 / 19		
Juros pagos	/ 20	(23.531)	(11.979)
Impostos pagos sobre o lucro	14	-	(13.289)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>58.713</b>	<b>17.557</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	15	(10.797)	(33.160)
Aquisição de intangível	16	(37.428)	(22.384)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(48.225)</b>	<b>(55.544)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	19	31.310	125.325
Recursos provenientes de emissão de debêntures		-	148.351
Líquido dos custos de transação		-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(136.338)	(109.937)
Pagamento de passivo de arrendamento	18	(955)	(2.000)
Pagamento de dividendos	25.c	(189)	(11.253)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(106.172)</b>	<b>150.486</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(95.684)</b>	<b>112.499</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		123.726	111.227
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>28.042</b>	<b>123.727</b>

entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC). O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **o. Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **p. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências *continuação*

continuação

de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **q. Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **r. Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. **s. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**9. Contas a receber de clientes:** Contas a receber de clientes 126.671 106.033  
(+) Provisão para perdas de crédito esperadas (3.021) (5.651)  
**Total do contas a receber 123.649 100.382**  
A análise de vencimento do contas a receber de clientes é como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
A vencer até 30 dias	116.826	98.419
Vencidos:		
entre 31 e 60 dias	5.029	3.634
entre 61 e 90 dias	2.051	685
entre 91 e 180 dias	643	838
entre 181 e 360 dias	348	626
acima de 360 dias	1.259	1.101
<b>Saldo final do exercício 126.671 106.033</b>		

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo inicial	(5.651)	(4.197)
Adições	(3.721)	(2.128)
Reversões	6.350	674
<b>Saldo final (3.022) (5.651)</b>		
<b>10. Estoques:</b>		
Produto acabado	25.650	25.179
Produto semiacabado	15.369	17.037
Matéria-Prima	32.174	42.396
Embalagens	6.520	7.326
Material de consumo	402	218
Importação em andamento	5.224	-
<b>Total dos estoques 85.339 92.156</b>		

Em 31 de dezembro 2022, os valores dos custos de estoque de produtos acabados, semiacabados, matérias-primas e embalagem incluídos no custo das mercadorias e produtos vendidos são R\$184.325 (R\$ 156.257 em 31/12/2021). Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$3.626 (R\$ 1.284 em 31/12/2021). Esse aumento na provisão foi reconhecida no resultado do exercício em 2022. O ajuste ao valor realizável é calculado considerando a data de vencimento dos produtos e leva em consideração também a expectativa de comercialização futura dos mesmos. Materiais e produtos acabados com datas de vencimento expiradas são integralmente provisionados. Para produtos acabados, a Companhia adota o critério da expectativa de não realização do estoque em determinados períodos para o vencimento. Assim, produtos acabados com datas de vencimento em até 180 dias, independentemente da expectativa ou não de vendas, são 100% ajustados como perda. Já aqueles produtos acabados com vencimento entre 6 e 9 meses da validade são considerados de difícil realização, de forma que é ajustada a perda de 60% do seu montante. Produtos acabados com vencimento entre 9 meses a 1 ano, é feito o ajuste de perda de 40% do valor contábil dos itens, tendo em vista o grau de risco identificado para a realização da venda destes estoques. Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>11. Adiantamentos a fornecedores:</b>		
Fornecedores nacionais	457	368
Fornecedores estrangeiros	466	2.015
Despachantes	439	386
<b>1.362 2.769</b>		

Adiantamentos a fornecedores estrangeiros são registrados pela taxa de câmbio da data da transação, decorrente da conversão da moeda estrangeira para moeda funcional da Companhia. Tal ativo não monetário é mantido pela taxa histórica posteriormente ao registro inicial, não sofrendo efeitos de variação cambial.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>12. Impostos a recuperar:</b>		
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	60	114
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	-	445
IRPJ Retido na Fonte ("IRRF")	883	-
CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	33	78
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (i)	5.410	417
<b>Impostos a recuperar 6.386 1.054</b>		
IRPJ e CSLL a recuperar	419	3.983
<b>Circulante 6.805 5.037</b>		
ICMS a recuperar	-	3.464
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (i)	557	4.340
<b>Não circulante 557 7.804</b>		

(i) Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que: (a) de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e

	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>2022</b>
<b>15. Imobilizado:</b>									
<b>Custo</b>									
Terrenos, Edifícios e benfeitorias	5.600	-	-	3.590	9.190	135	-	5.037	14.363
Máquinas e Equipos e outros bens	31.080	18.019	(222)	8.124	57.001	5.878	(230)	703	63.351
Móveis e Utensílios	2.488	61	(16)	211	2.744	75	(1)	12	2.830
Veículos	3.091	-	(557)	333	2.867	-	(303)	-	2.564
Equipamentos de informática	2.552	944	(89)	70	3.477	791	(75)	30	4.223
Aeronaves	8.849	-	-	-	8.849	-	-	-	8.849
Bens em construção	21.138	14.136	-	(12.328)	22.946	3.919	-	(5.782)	21.083
<b>74.798 33.160 (884) - 107.074 10.798 (609) - 117.263</b>									
<b>Depreciação</b>									
Terrenos, Edifícios e benfeitorias	(1.027)	(299)	-	-	(1.326)	(427)	-	-	(1.753)
Máquinas e Equipos e outros bens	(13.791)	(3.585)	202	-	(17.174)	(5.450)	166	-	(22.458)
Móveis e Utensílios	(1.128)	(241)	16	-	(1.353)	(220)	-	-	(1.573)
Veículos	(721)	(511)	385	-	(847)	(472)	20	-	(1.299)
Equipamentos de informática	(1.357)	(492)	87	-	(1.762)	(572)	75	-	(2.259)
Aeronaves	(74)	(885)	-	-	(959)	(885)	-	-	(1.844)
<b>(18.098) (6.013) 690 - (23.421) (8.026) 261 - (31.186)</b>									
<b>Saldo líquido 56.700 27.147 (194) - 83.653 2.772 (348) - 86.077</b>									

**Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"):** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis. Conciliação das adições de imobilizado com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento. No exercício findo em 31/12/2022, a Companhia adquiriu ativos imobilizados no valor de R\$ 10.797 (R\$ 33.160 em 2021), com desembolso de caixa na sua totalidade.

	<b>01/01/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>2021</b>	<b>Baixas</b>	<b>2022</b>
<b>16 Intangível:</b>					
<b>Custo ou Avaliação</b>					
Software	1.251	1.599	2.851	-	2.851
Desenvolvimento	7.677	20.785	28.462	33.798 (5.279)	56.981
Dir. Prop. Industrial	-	-	-	3.630	3.630
Outros	43	-	43	-	43
<b>8.971 22.384 31.356 37.428 (5.279) 63.505</b>					

**Amortização**  
Dir. Prop. Industrial - (424)  
Amort. Proj P&D - (664)  
Software (801) (258) (1.059) (459) - (1.518)  
**(801) (258) (1.059) (459) - (2.606)**  
**Saldo líquido (8.170) 22.126 30.297 35.881 (5.279) 60.899**  
**a. Recuperação de custos com desenvolvimento:** O valor contábil dos custos com desenvolvimento em 31/12/2022 foi de R\$ 56.981 (R\$ 28.462 em 31/12/2021) e estão relacionados diretamente a projetos de desenvolvimento de novos medicamentos. Quando indicadores de imparidade são observados, a Companhia determina o valor recuperável com base no fluxo de caixa descontado do ativo. O valor recuperável é analisado pela Companhia por molécula. Cada molécula possui estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos, preparadas com base em estimativas de volume de vendas, preços e custos de produção baseado em análises

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	<b>Juros do período</b>	<b>Atualização</b>	<b>Adições de novos contratos</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Juros do período</b>	<b>Atualização</b>	<b>Adições de novos contratos</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>
Passivo de arrendamento	8.922	709 (1.075)	941	(2.000)	(709)	6.788	781 (1.188)	800	(955)	(781)
<b>Total passivo de arrendamento 8.922 709 (1.075) 941 (2.000) (709) 6.788 781 (1.188) 800 (955) (781) 5.445</b>										

Em 31/12/2022, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

<b>Prazos</b>	<b>Valor presente</b>	<b>Total de pagamentos até o final do contrato</b>
Menos de 1 ano	2.127	2.675
1 a 2 anos	1.361	1.548
2 a 3 anos	456	626
3 a 4 anos	447	241
4 a 5 anos	427	460
Mais de 5 anos	627	1.100
<b>Valor bruto 5.445 6.649</b>		
Potencial PIS e COFINS a recuperar (a)	(504)	(615)
<b>Valor líquido 4.941 6.034</b>		

(b) de que os efeitos dessa exclusão devem se dar após 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até (inclusive) essa data. A Companhia teve sentença favorável, transitada em julgado, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo de habilitação do crédito referente à Althaia foi deferido em dezembro de 2022 no montante de R\$ 4.284, sendo reclassificado para o ativo circulante. A Companhia ainda possui um saldo de crédito temporâneo no montante de R\$ 557 aguardando deferimento junto à Receita Federal. **13. Remuneração do pessoal-chave**

**Administração: Remuneração de dirigentes:** A remuneração de dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários, pró-labore, pagamentos à pessoa jurídica e benefícios compostos de plano de saúde e seguro de vida. **Remuneração de Conselho de Administração:** A remuneração de membros do conselho de administração acontece em razão da realização de reuniões periódicas, composta de valor fixo, por reunião com natureza salarial, não incluindo nenhuma espécie de benefício. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, inclui as remunerações fixas e benefícios dos dirigentes e remuneração por reunião dos membros do Conselho de Administração. Em 31/12/2022, o valor pago pela Companhia foi de R\$3.216 (R\$ 4.071 em 31 de dezembro de 2021) relativos à remuneração dos Administradores. **14. IRPJ e CSLL:** A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de IRPJ e CSLL debitada no resultado é demonstrada como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Conciliação da alíquota de imposto efetiva</b>		
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>30.548</b>	<b>61.821</b>
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	(34%)	(34%)
Despesa projetada de IRPJ e CSLL	(10.356)	(21.019)
Adições/exclusões permanentes	(3.744)	13.564
Subvenções fiscais	10.723	-
Lei do bem	5.935	-
Prejuízos fiscais	-	1.560
<b>2.558 (5.895)</b>		

**Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL (%)**  
IRPJ e CSLL correntes - (9,5%) (2,854)  
IRPJ e CSLL diferidos 2.558 (3,041)  
**Despesa de IRPJ e CSLL 2.558 (5,895)**

No exercício findo em 31/12/2022 a Companhia não recolheu imposto sobre a renda e CSLL. No exercício findo em 31/12/2021 a Companhia recolheu imposto sobre a renda e CSLL, tendo desembolsado no exercício o montante de R\$ 13.289, sendo o valor de R\$ 6.452 referente à apuração devida no exercício findo em 31/12/2020 e R\$ 6.837 referente ao próprio exercício de 2021 (R\$ 773 em 2020).

**a. IRPJ e CSLL diferidos:**  
IRPJ Pessoa Jurídica ("IRPJ") 13.108 11.227  
CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL") 4.719 4.042  
**Total do ativo fiscal diferido 17.827 15.269**  
O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O IRPJ e a CSLL têm a seguinte origem:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Cut-off de vendas	1.723	526
Provisão para demandas judiciais	1.084	566
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.028	1.922
Provisão para perda nos estoques	1.233	437
Provisão para devoluções	661	847
Direito de uso	298	314
Outros (i)	1.143	-
<b>Total das diferenças temporárias 7.170 4.612</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	10.657	10.657
<b>Total do IRPJ e CSLL diferidos 17.827 15.269</b>		

(i) Refere-se a provisões de fornecedores não entregues, bonificações e descontos comerciais.

**Movimentação do IRPJ e CSLL no exercício:**  
**Saldo inicial 15.269 18.310**  
Efeito no resultado do exercício 2.558 (3,041)  
**Saldo final 17.827 15.269**

O IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>17. Fornecedores e outras contas a pagar:</b>		
Fornecedores nacionais	34.815	16.508
Fornecedores estrangeiros	14.957	18.668
Fornecedores serviços	598	704
Provisão de devoluções	1.943	2.490
<b>Total de fornecedores e outras contas a pagar 52.313 38.370</b>		

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a "Fornecedores" encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 29. **18. Arrendamentos:** Os contratos de arrendamento referem-se a imóveis destinados a instalações de seus escritórios e seu centro de distribuição. A movimentação do ativo de direito de uso é a seguinte:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Custo</b>		
Direito de uso	11.564	941 (1.075)
<b>11.564 941 (1.075) 11.430 808 (1.196) 11.042</b>		

**Amortização**  
Direito de uso (3.380) (2.186) - (5.566) (908) - (6.474)  
**(3.380) (2.186) - (5.566) (908) - (6.474)**  
**Saldo líquido 8.184 (1.245) (1.075) 5.864 (100) (1.196) 4.568**  
As taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso em 31 de dezembro 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

continuação

19. Empréstimos e financiamentos:						
Modalidade das dívidas	Moeda	Vencimento	Indexador	Taxa	2022	2021
Capital de giro	BRL	30/09/2024	Até CDI + Taxa Pré	2,30% a 4,00% a.a.	10.448	85.101
4131	USD	18/11/2024	Até Libor	2,04% a.a.	15.734	37.825
4131	EUR	11/04/2022	Até Var. Cambial + Taxa Pré	1,15% a 2,43% a.a.	3.138	12.866
FINEP	BRL	15/07/2032	Até TJLP + Taxa Pré	3,40% a 4,00% a.a.	18.053	-
FINAME	BRL	15/10/2024	Até Taxa Pré	4,50% a.a.	804	1.264
FINIMP	USD	04/03/2022	Até + Taxa Pré	1,67% a.a.	-	9.965
FINIMP	EUR	06/06/2022	Até + Taxa Pré	1,07% a 2,07% a.a.	14.088	21.977
					<b>62.265</b>	<b>168.999</b>
					<b>33.931</b>	<b>114.595</b>
					<b>28.334</b>	<b>54.404</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo inicial	168.999	149.165
Captação	31.310	125.325
Apropriação de juros e variação cambial	4.380	15.716
Pagamento de principal	(136.339)	(109.937)
Pagamento de juros	(6.087)	(11.270)
Saldo final	<b>62.265</b>	<b>168.999</b>

Vencimento em	31/12/2022				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais	
Capital de giro	8.282	2.166	-	-	10.448
4131 - USD	11.149	7.724	-	-	18.873
FINAME	461	342	-	-	803
FINIMP - EURO	14.088	-	-	-	14.088
FINEP	53	1.113	2.227	14.660	18.053
	<b>34.033</b>	<b>11.345</b>	<b>2.227</b>	<b>14.660</b>	<b>62.265</b>

Vencimento em	31/12/2021				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais	
Capital de giro	51.656	17.766	15.680	-	85.102
4131 - USD	17.669	11.897	8.259	-	37.825
4131 - EUR	12.866	-	-	-	12.866
Conta Garantida	-	-	-	-	-
FINAME	462	462	340	-	1.264
FINIMP - USD	9.965	-	-	-	9.965
FINIMP - EURO	21.977	-	-	-	21.977
	<b>114.595</b>	<b>30.125</b>	<b>24.279</b>	<b>-</b>	<b>168.999</b>

A Companhia detém um empréstimo bancário no montante de USD 600 e um empréstimo bancário no montante de USD 2.960 que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas trimestrais até março de 2023 e até novembro de 2024, respectivamente. Contudo, os contratos possuem cláusula contratual restritiva (covenant) que estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida da Companhia não pode exceder 3 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sintética e constante. 20. Debêntures:

Modalidade	2022	2021
Debêntures	154.738	150.131
(-) Custo da transação	(1.321)	(1.649)
	153.417	148.482
Circulante	4.408	131
Não circulante	149.009	148.351

Os recursos líquidos captados pela Companhia, por meio da emissão, foram destinados para reforço de caixa.

Características das debêntures:		Emissão
Entidade Emissora	Althaia S.A. Indústria Farmacêutica	
Instituição Financeira	XP Investimentos	
Valor total da emissão em série única	150.000	
Natureza	Privada	
Data da emissão	15/12/2021	
Data de captação	29/12/2021	
1º Vencimento	15/01/2026	
2º Vencimento	15/01/2027	
Especie	quirografia	
Garantia	Fiança do acionista controlador	
Identificação ativo na CETIP	ALTF11	
Taxa de juros efetiva a.a. %	2,30% + 100% CDI	
Valor total da dívida, incluindo custos de transação	154.738	

Movimentação das debêntures:	Emissão
Saldo em 31/12/2021	148.482
Pagamento de juros	(16.664)
Juros provisionados	21.599
Saldo em 31/12/2022	<b>153.417</b>

Escalação da dívida referente ao saldo de debêntures, incluindo custos de transação:		
Ano	2022	2021
2022	-	131
2023	4.738	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	75.000	75.000
2027	75.000	75.000

**Cláusulas restritivas (covenants):** De acordo com os termos da escritura, os juros serão pagos trimestralmente até janeiro de 2027 e o valor principal será pago em duas parcelas de R\$ 75.000, vencendo em 15/01/2026 e 15/01/2027, respectivamente. Devido a emissão de debêntures, há cláusula de covenants a ser atendida pela Companhia, e esta estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, porém de 3,01 a 3,56 vezes o EBITDA, a sobretaxa base da escritura deverá ser atualizada para refletir o nível de alavancagem da Companhia, de forma que a remuneração aplicável para as debêntures será determinada conforme tabela abaixo. Contudo, para indicador acima de 3,50 vezes o EBITDA, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sintética e constante. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia havia cumprido com todas as cláusulas contratuais, aplicando atualmente o índice financeiro de remuneração de 2,30%.

Limite do Índice Financeiro Remuneração	
Entre 0,01 (inclusive) e 3,00 (exclusive)	2,30%
Entre 3,01 (inclusive) e 3,25 (exclusive)	2,45%
Entre 3,25 (inclusive) e 3,50 (exclusive)	2,60%

21. Obrigações sociais e trabalhistas:		2022	2021
Provisão para férias e encargos sociais		4.987	4.487
INSS a recolher		1.362	1.383
FGTS a recolher		418	381
IRRF sobre folha		976	964
Total das obrigações sociais e trabalhistas		<b>7.743</b>	<b>7.215</b>

22. Obrigações fiscais:		2022	2021
ICMS a recolher		3.319	2.543
PIS a recolher		176	330
COFINS a recolher		836	1.545
PIS, COFINS e CSLL retidos		118	190
ISS a recolher		14	71
Outros		34	67
Total das obrigações fiscais		<b>4.497</b>	<b>4.746</b>

23. Parcelamentos fiscais e previdenciários:		2022	2021
Parcelamento de IRPJ e CSLL		2.810	3.729
Refis MP 783/17		1.495	1.728
Refis MP 899/19		860	1.002
Parcelamento de PIS e COFINS		-	226
Parcelamento de ICMS		26	106
Total dos parcelamentos fiscais e previdenciários		<b>5.191</b>	<b>6.791</b>
Circulante		1.345	1.624
Não circulante		3.846	5.167

O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31/05/2017 e Medida Provisória nº 899, de 16/10/2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar a redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social. Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparando os débitos de IRPJ e CSLL existentes no PRT com parcelas que se encerram em 2030. Parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerram nos meses de Novembro e Dezembro de 2022. Em relação aos impostos federais, a Companhia possui

parcelamentos previdenciários e não previdenciários realizados em exercícios anteriores. Havia parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerraram em 2022. Passivo tributário estadual relativos a débitos de ICMS, parcelados através de Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS) que se encerram em 2023.

24. Provisão para demandas judiciais:		2022	2021
Provisão para demandas judiciais		1.437	403
Cível		438	894
Trabalhista		1.312	368
Tributária		<b>3.187</b>	<b>1.665</b>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	01/01/2021	Adições	Atualizações	2021	Adições	Atualizações	2022
Trabalhista	842	52	-	894	(3)	-	1.437
Cível	383	52	(32)	403	-	35	438
Tributária	-	368	-	368	944	-	1.312
	<b>1.225</b>	<b>473</b>	<b>(32)</b>	<b>1.665</b>	<b>1.490</b>	<b>32</b>	<b>3.187</b>

A Companhia é ré em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas. Periodicamente, a administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 3.187 em 31/12/2022 (R\$ 1.665 em 31 de dezembro de 2021), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso. Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com probabilidade possível de perda somam o montante de R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2022, que compreendem processos de natureza trabalhista, tributária e cível (R\$ 1.297 em 31 de dezembro de 2021). O principal processo em andamento refere-se a uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado da Paraíba de 2021, no valor de R\$ 10.000, cuja natureza seria o descumprimento de comunicação aos consumidores e órgãos de defesa e proteção do consumidor relacionados ao recolhimento dos medicamentos Cardesartana e Hidroclorotiazida. 25. Patrimônio líquido: a. Capital social:

Composição		2022		2021	
	Qde. Ações	- ON	%	Qde. Ações	- ON
FirstBrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda.	155.730.918	73,41%	8.599	155.730.918	73,41%
Carolina Sommer Mazon	11.609.745	5,47%	641	11.609.745	5,47%
Gerson Silva de Souza Jairo Aparecido Yamamoto	11.608.738	5,47%	641	11.609.738	5,47%
Márcia Regina Hirota Yamamoto	9.187.147	4,33%	507	9.058.007	4,27%
Maira Medeiros Vendramini Carrara Ricardo Vinicius Ferrari	3.860.017	1,82%	213	3.860.017	1,82%
Marco Henrique Chepuck Miazzo Rachel Giachini Sampaio Ferreira Demais acionistas	3.088.015	1,46%	171	3.088.015	1,46%
	1.161.076	0,55%	64	1.161.076	0,55%
	2.841.069	1,34%	157	3.099.348	1,46%
Total	212.133.943	100%	11.714	212.133.943	100%

Em 31/12/2022 e 2021 capital social está apresentado pelo montante de R\$ 11.714 subscrito e integralizado, divididos em 212.133.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, com natureza de incentivo para investimento, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário junto a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, mediante assinatura de Regime Especial de Tributação. Tais benefícios permitem a redução financeira do montante a ser recolhido referente ao passivo tributário do ICMS. A diferença entre o recolhimento e o passivo tributário é reconhecida no resultado do exercício como incremento da receita operacional líquida, e posteriormente, transferido na sua totalidade para reserva de incentivos fiscais. Durante o exercício de 2022, a Administração da Companhia reconheceu o montante de R\$ 31.539 (R\$ 26.969 em 2021) onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. c. Distribuição de dividendos:

	2022	2021
Em 1º de janeiro de 2022	9.841	1.819
Dividendos pagos no exercício (i)	235	235
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)	9.887	1.819
Em 31/12/2022	9.887	1.819
(i) O desembolso de caixa foi de R\$ 189, referente ao pagamento de acionista não controlador, na proporção da sua participação. (ii) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.		
Lucro líquido do exercício	33.106	31.539
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(31.539)	-
Lucro Líquido para distribuição	1.567	1.567
Dividendos mínimos obrigatórios (15%)	235	235

26. Receita: As receitas da Companhia são geradas principalmente pela fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos em geral. Abaixo a Companhia apresenta a conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável.

	2022	2021
Receita bruta tributável	457.493	436.370
Menos:		
- Impostos sobre vendas	(84.147)	(86.026)
- Abatimentos e devoluções	(40.432)	(36.532)
Mais:		
- Subvenção governamental (i)	31.539	26.969
Total da receita	<b>364.453</b>	<b>340.781</b>

(i) A subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos.

a. Desagregação da receita de contratos com clientes: A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.

	2022	2021
Venda de produtos	362.371	331.630
Industrialização	1.366	5.599
Serviços	716	3.552
Total da receita operacional líquida	<b>364.453</b>	<b>340.781</b>

•  **Venda de produtos:** As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles: • **Portfólio próprio:** Trata-se de produtos de Registro e Comercialização da própria empresa Althaia, é o que chamamos também de Portfólio Próprio, são nossa Linha ALTHAIA onde se encontram os Medicamentos que tecnicamente pertencem às categorias de Genéricos, Similares, Notificação Simplificada e Específicos (classificação ANVISA), e nossos produtos da Linha EQUALIV, onde se encontram os Suplementos Alimentares, ou tecnicamente classificados como Alimentos. • **Full Service:** Esse grupo é representado pelas parcerias que a empresa possui com outros laboratórios, é quando a Althaia produz um Medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/vendendo para esse laboratório o produto acabado final, pronto para sua comercialização. Via de regra, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e buscam no mercado este tipo de serviço. Em 2022, os principais parceiros da Companhia foram Eurofarma, Grunenthal e Brainfarma.

•  **Marcas Exclusivas:** parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria "marca", toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althaia, o que é feito é uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente daquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto. •  **Industrialização:** Trata-se de serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios. •  **Serviços P&D:** Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althaia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotostabilidade a fim de verificar se o medicamento é estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA). **Saldo de contrato:** Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de "contas a receber de clientes" (veja nota explicativa nº 9). **Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita:** Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e época do reconhecimento da receita. Também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.

Tipo de produtos e serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de produtos	Representam venda de produtos farmacêuticos, com faturamento de acordo com cada linha de produtos e negociação particular de entrega e prazo de pagamento com cada cliente. Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Os prazos de pagamento dependem do segmento e do contrato firmado os prazos podem variar de pagamento à vista até 180 dias em média para pedidos de maior volume.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.
Industrialização	Representa a terceirização de produção de medicamentos de terceiros	A receita é reconhecida conforme os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
Serviço	Representa o fornecimento de serviços de desenvolvimento de produtos para parceiros.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que as etapas dos serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

27. Custo e despesas por natureza: 27.1 Custo dos produtos vendidos:		
	2022	2021
Custo dos produtos vendidos	(176.906)	(156.913)
Ajuste de inventário	(278)	(55)
Descarte	(5.804)	(2.670)
Outros custos	(1.337)	3.382
	<b>(184.325)</b>	<b>(156.257)</b>

27.2 Despesas operacionais por natureza:		
	2022	2021
Materiais, energia e outros	(1.061)	(5.177)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.629	(1.454)
Despesas com propaganda e marketing	(13.437)	(11.011)
Despesas com honorários advocatícios	(4.794)	(1.788)
Despesas com serviços profissionais contratados	(8.139)	(12.169)
Despesas com viagens e deslocamentos	(7.573)	(5.819)
Depreciação e amortização	(10.480)	(5.965)
Despesas com pessoal	(44.949)	(35.093)
Despesas com campanhas de vendas	(2.943)	(1.561)
Despesas com fretes sobre venda	(7.067)	(6.618)
Despesas de pessoal com pesquisa e desenvolvimento	(7.969)	(8.120)
Despesas gerais com pesquisa e desenvolvimento	(16.215)	(13.719)
	<b>(122.087)</b>	<

## Publicidade Legal

Instrumento	Fator de risco	Cenário em:					
		2022			2021		
		Saldo	25%	50%	Saldo	25%	50%
Instrumentos financeiros derivativos	USD	-	-	-	52	13	26
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	USD	(18.870)	(4.718)	(9.437)	(47.791)	(11.948)	(23.896)
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	EUR	(14.088)	(3.522)	(7.044)	(34.843)	(8.711)	(17.422)
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	USD	(12.681)	(3.171)	(6.341)	(11.824)	(2.956)	(5.912)
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	EUR	(2.276)	(568)	(1.138)	(6.844)	(1.711)	(3.422)
		<b>(46.791)</b>	<b>(11.698)</b>	<b>(23.397)</b>	<b>(99.530)</b>	<b>(24.883)</b>	<b>(49.766)</b>

**a. Riscos de flutuação nas taxas de juros:** Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo. O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	2022	2021
Aplicações financeiras (Nota 8)	26.376	122.391
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(62.265)	(168.999)
Debêntures (Nota 20)	(153.417)	(148.482)
	<b>(189.306)</b>	<b>(195.090)</b>

Em 31/12/2022, dos saldos de Empréstimos e Financiamentos de R\$ 62.263 na Companhia são 16,78% referente a Capital de Giro, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 2,30% a 4,00% a.a., 30,31% referente a Captação no Exterior - 4131 (USD), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Libor-03 + 2,04% base 360, 28,99% referente a Captação no Exterior - 4131 (EUR), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Variação + Pré Fixada de 1,15% a 2,43% a.a., 22,63% referente a FINIMP (USD), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Variação + Pré Fixada de 1,67% a.a., 28,99% referente a FINIMP (EUR), cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Variação + Pré Fixada de 1,29% a 2,07% a.a., 0,75% referente a FINAME, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é Pré Fixada de 4,50% a.a. **a. Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitem a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia está exposta ao risco de crédito decorre de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável. Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte. **b. Riscos de liquidez:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e outras contas a pagar". Em 31/12/2022, os fluxos de caixa esperados provenientes do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 65.582 (2021: R\$ 56.124) e as saídas esperadas de caixa para fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em dois meses era de R\$ 38.173 (2021: R\$ 29.869). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. Além disso, a Companhia possui as seguintes linhas de crédito: • R\$ 20.000 de linha de crédito para saque a descoberto sem garantias reais, somente Aval, que podem ser sacados para atender a necessidade de caixa de curto prazo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 0,30% a.a. • R\$ 40.000 de linha de crédito pré-aprovadas com 50% de garantia real, que podem ser sacados em até 36 parcelas para atender necessidade de caixa não prevista. Os juros seriam CDI mais 3,75% a.a. A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Fluxo de caixa	Até 1 ano	1-3 anos	4-5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	52.308	52.308	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	62.265	34.035	13.570	14.660
Debêntures (Nota 20)	153.417	-	3.748	149.669
Instrumentos financeiros derivativos	1.125	1.125	-	-
Contas a pagar de aquisição de ativos	1.890	1.745	145	-
Passivo de arrendamento (Nota 18)	5.445	2.127	1.817	1.501
Outros passivos	4.101	4.063	38	-
	<b>281.753</b>	<b>95.949</b>	<b>20.665</b>	<b>165.469</b>

**c. Gestão de capital:** A Companhia monitora seu capital com base na dívida líquida e seu índice de alavancagem financeira. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, empréstimos de parceiros empresariais, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	62.265	168.999
Debêntures (Nota 20)	153.417	148.482
Instrumentos financeiros derivativos	1.125	1.772
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	52.308	38.370
Passivo de arrendamento (Nota 18)	5.445	6.788
Contas a pagar de aquisições de ativos	1.890	3.554
Outros passivos	4.101	662
(+) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(28.035)	(123.726)
<b>Dívida líquida</b>	<b>252.514</b>	<b>244.901</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(105.920)</b>	<b>(72.904)</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>42%</b>	<b>30%</b>

**d. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas. A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o exercício findo em 31/12/2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais.

	2022	2021
<b>Efeito dos derivativos no balanço patrimonial</b>		
<b>Ativo</b>		
Circulante	132	946
Não circulante	92	2.084
	<b>224</b>	<b>3.030</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	1.125	1.772
Não circulante	-	-
	<b>1.125</b>	<b>1.772</b>
<b>Efeito dos derivativos no resultado</b>		
(Ganho) Perda reconhecida no resultado	2.159	(564)
	<b>2.159</b>	<b>(564)</b>
<b>Efeito dos derivativos nos fluxos de caixa</b>		
Liquidação financeira	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo. **30. Resultado por ação:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias diluídas.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**31. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$167.866 para lucros cessantes, R\$118.000 para danos materiais e R\$1.200 para responsabilidade civil. Apólice de seguro com vigência de 6/12/2022 até 6/12/2023, com prêmio de R\$ 220, registrado como despesa antecipada no grupo de outros créditos no ativo circulante. **32. Pagamento baseado em ações:** O Plano foi aprovado pela Administração da Companhia e apresentado aos executivos selecionados na data de 09/10/2019 e a concessão de Restricted Shares Units - RSU foi em 27/08/2021. No plano de RSU, as ações foram concedidas aos executivos participantes na data do fechamento do plano a um custo pré-fixado na data da apresentação. As RSUs foram concedidas integralmente, suas condições de aquisição estavam relacionadas aos serviços prestados, e tais condições seriam atingidas a uma razão determinada no limite de aquisição de 30 meses contados da data de apresentação do plano. Se um executivo selecionado deixasse de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos seriam perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que deveriam ser aprovadas pela Administração caso a caso. O período de aquisição poderia ser diminuído com previsão em instrumento de contrato, com anuidade das partes e pagamento do valor pré-fixado, comprovado pelo participante, o que ocorreu na data de 27/08/2021. Com o fechamento e o pagamento comprovado, aconteceu a transferência das ações ordinárias na forma secundária (entre acionistas). O plano garantiu a retenção dos executivos participantes pelo período de 22 meses na Companhia. Ainda que o período de vigência das cláusulas de permanência exigida em contrato tenha se encerrado, nenhum executivo deixou a Companhia. Não existe vigente, na data de 31/12/2022, plano de pagamento baseado em ações.

	2022	2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	33.017	55.926
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,16</b>	<b>0,26</b>

**33. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022, a cobertura de seguros

**Pet Center Comércio e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2022**

**Pet Center Comércio e Participações** ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 80/2022") convocar os Senhores Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; e (iv) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) realizar a ratificação da eleição da Sr. Sylvia de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; (ii) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cansel de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"), na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CDSG pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (v) aprovar a incorporação da CDSG pela Companhia, com a consequente extinção da CDSG ("Incorporação"); (vi) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência a sua consolidação; (vii) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada, em 24 de março de 2023, pela Companhia. **Instruções Gerais:** **Quórum de Instalação:** A matéria constante do item (vii) da ordem do dia em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sobre a proposta de alteração do estatuto social, dependerá da presença, em primeira convocação, de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 135, caput, da Lei das S.A. As demais matérias constantes da ordem do dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 125, caput, da Lei das S.A. Esclarecemos que, caso qualquer dos quóruns de instalação acima não sejam atingidos em primeira convocação, sem prejuízo da possibilidade de deliberar, em primeira convocação, sobre os itens da ordem do dia cujo quórum de instalação seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos do artigo 124, § 1º, II, da Lei das S.A. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas. **Quórum de Deliberação:** Nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Acesso ao Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 22 de abril de 2023, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. (3) No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=8A3064A2F78F>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Válida a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas o único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@petz.com.br](mailto:ri@petz.com.br), com até 1 hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendado que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3434-7181 ou pelo e-mail [ri@petz.com.br](mailto:ri@petz.com.br). Em cumprimento ao artigo 28, § 1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022. **Boletim de Voto à Distância:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto à distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto à distância disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes do atual item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.petz.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br/cvm/pt-br>), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. São Paulo, SP, 24 de março de 2023. **Claudio Roberto Ely – Presidente do Conselho de Administração.** (01, 04 e 05/04/2023)

**Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde**

(Operadora de Planos de Saúde – Registro ANS nº 411752 – CNPJ/MF nº 03.849.449/0001-17)

**Retificação do Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária da Cruz Azul Saúde**

O Diretor Presidente da Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, do Estatuto da Entidade, **Retifica** o Edital publicado em 24 de março de 2023, quanto ao **local para realização da Vigésima Oitava Assembleia Geral Ordinária**, no dia 19 de abril de 2023, às 09H00: **Onde se lê:** Endereço: "... auditório da AOMESP, localizado na Av. Tabatinguera, 278, Centro, São Paulo-SP." **Leia-se: Auditório do Hospital Cruz Azul, localizado na Avenida Lins de Vasconcelos, 356, Cambuci, São Paulo-SP.** Permanecem inalteradas as disposições e pauta do Edital anteriormente publicado. Abaixo, a transcrição do Edital, com a alteração realizada. **Paulo Henrique Fontoura Faria** – Cel PM Diretor Presidente da Cruz Azul Saúde.

**Edital de Convocação para Assembleia Geral**

O Diretor Presidente da Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, do Estatuto da Entidade, convoca os associados, que estejam no pleno exercício de seus direitos, para a **Vigésima Oitava Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 19 de abril de 2023, às 09H00, no auditório do Hospital Cruz Azul, localizado na Avenida Lins de Vasconcelos, 356, Cambuci, São Paulo-SP. A primeira convocação dar-se-á às 09H00 da referida data, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número, para tratar da seguinte ordem do dia: **Vigésima Oitava Assembleia Geral Ordinária:** 1. Leitura e aprovação da Ata da Vigésima Sétima Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2022. 2. Apreciação e votação do Balanço e das Contas da Diretoria, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2022. 3. Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2023/2025. Foram designados para a Junta Eleitoral os seguintes Associados: Presidente – Cel PM João Izaias Boscatti, cadastro nº 0001.0001.066894; Membro – Cel PM Sergio Lopes, cadastro nº 0001.0001.005127; Membro – Cel PM Saint Clair da Rocha Coutinho Sobrinho, cadastro nº 0001.0001.005008. A inscrição de chapas concorrentes, integrando a Diretoria e o Conselho Fiscal, deverá ser realizada até 05 (cinco) dias úteis antes da data da votação, exclusivamente perante a Junta Eleitoral, na sede da Cruz Azul Saúde, localizada na Rua Albuquerque Maranhão, nº 72, Cambuci, São Paulo/SP. Para participar da eleição os candidatos devem preencher os seguintes requisitos: a) fazer parte do quadro associativo há mais de 01 (um) ano; b) estar em situação regular; e c) preencher os requisitos legais estabelecidos pelo órgão responsável pela regulamentação das operadoras de planos privados de assistência à saúde (ANS), especificamente os constantes da Resolução Normativa (RN) nº 520, de 29 de abril de 2022. Lembramos que somente tem direito a voto o Associado titular do contrato, e em situação regular quanto às suas obrigações associativas. São Paulo, 14 de março de 2023. **Paulo Henrique Fontoura Faria** – Cel PM Diretor Presidente da Cruz Azul Saúde.

**Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.**

CNPJ/MF nº 07.644.868/0001-73 – NIRE 35.300.324.803

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2022**

**Data, Hora e Local:** Realizada às 11:00 horas do dia 27 de outubro de 2022, na sede social, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça João Duran Alonso, nº 34, 10º andar, Edifício Ronaldo Sampaio Ferreira, Brooklin Novo, CEP 04.571-070. **Acionistas Presentes:** compareceram acionistas representando a totalidade do capital social, ficando assim dispensada a convocação prévia, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Marcelle Lemos Ferreira – Presidente; e Patrícia Viviane Pires Tavares – Secretária. **Ordem do dia:** (i) Criação de Cargo de Suplente de Membro do Conselho de Administração e consequente alteração do Artigo 8º do Capítulo III, Seção I do Estatuto Social da Companhia; (ii) Eleição de suplentes de membros do Conselho de Administração. **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** Foram aprovadas, sem qualquer ressalva, os seguintes itens da Ordem do Dia: (i) foi aprovada a criação de cargo de suplente de membro do Conselho de Administração e, consequente alteração do Artigo 8º, do Capítulo III, Seção I do Estatuto Social da Companhia, que devidamente alterados, passam a vigorar com as seguintes redações: "Art. 8º do Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, todos eleitos pela Assembleia Geral, para um período de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No caso de vacância de membros efetivos do Conselho de Administração, estes serão substituídos, em suas ausências e eventuais impedimentos, pelos respectivos suplentes. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada nova eleição, nos termos da lei."; (ii) restou aprovada a nomeação da Sra. Frêdérique Costa, francesa, casada, advogada, portadora da cédula de identidade de estrangeiro RNE V325941-E e do passaporte nº 21AD67744, emitido em 30/03/2021, e com validade até 29/03/2031, inscrita no CPF sob nº 227.936008-06, residente e domiciliada na Rua Professor Miguel Serrano, nº 72, Del Valle, C.P.03100, Benito Juarez, Distrito Federal – México, eleita como Suplente da Conselheira Sra. Marcelle Lemos Ferreira, Presidente do Conselho de Administração; Sra. Hatheann Eliskka Giraldo Davila, colombiana, casada, administradora, portadora do passaporte nº AS968797, emitido em 04/08/2016 e com validade até 04/08/2026, inscrita no CPF sob nº 718.036.781-87, residente e domiciliada no Km 6, Via la Calera, Bosque Residencial Arbooretto, Bogotá, Colômbia, eleita como Suplente do Conselheiro Sr. Salvador Antonio Pérsico, Membro do Conselho de Administração, e Sra. Carolina Lanzellotti Almeida, brasileira, casada, mercadóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 32.241.913 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 294.832.588/98, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, na Rua José Galvão da Silva, nº 243, Interlagos, CEP 04792-000, eleita como Suplente do Conselheiro Sr. André Machado Caldeira, membro do Conselho de Administração. Os mandatos das Suplentes, ora eleitas, vigorarão até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2023. As Suplentes, ora nomeadas, tomam posse neste ato, conforme "Termos de Posse" anexos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se a presente ata no livro próprio, assinada pela Presidente, por mim, Secretária, pelos acionistas presentes e pelos integrantes da mesa que consolidam o Estatuto Social, o qual passa a fazer parte integrante da presente Ata com o "Anexo I. São Paulo, 27 de outubro de 2022. São Paulo, 27 de outubro de 2022. **Marcelle Lemos Ferreira** – Presidente; **Patrícia Viviane Pires Tavares** – Secretária. **Cofinpar S.A.**, Acionista Pp. Marcelle Lemos Ferreira; **Compagnie Française D'assurance Pour Le Commerce Exterior**, Acionista Pp. Marcelle Lemos Ferreira. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 111.004/23-8 em 16/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Althia S.A. Indústria Farmacêutica**

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2023**

**Data, Hora e Local:** Em 27/03/2023, às 17 horas, na sede da Companhia, na Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Ponte Alta, Atibaia-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em face do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Cláudio Roberto Ely; Secretária: Priscila Maiocchi da Cruz. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social e fiscal, findo em 31/12/2022. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, recomendar à Assembleia a aprovação do: (i) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício social e fiscal encerrado em 31/12/2022, que deverão ser publicados no jornal Data Mercantil. **Documentos Arquivados na Companhia:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Conselheiros. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, sendo assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Conselheiros Presentes:** Cláudio Roberto Ely, Jairo Aparecido Yamamoto, Aline Aparecida Yamamoto Zampieri, Herbert Cesar Gonçalves e Gregor Rodrigues Martins Einsiedler. Atibaia, 27/03/2023. **Cláudio Roberto Ely** – Presidente da Mesa; **Priscila Maiocchi da Cruz** – Secretária da Mesa.

**Cotação das moedas**

Coroa (Suécia) - 0,4911	Peso (Chile) - 0,006411
Dólar (EUA) - 5,0804	Peso (México) - 0,2819
Franco (Suíça) - 5,5651	Peso (Uruguai) - 0,1307
Iene (Japão) - 0,03827	Yuan (China) - 0,7398
Libra (Inglaterra) - 6,2845	Rublo (Rússia) - 0,06556
Peso (Argentina) - 0,02431	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5244

**DÓLAR**

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0798 / R\$ 5,0804 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0670 / R\$ 5,0690 \*

Turismo - R\$ 5,1700 /

R\$ 5,2730

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,54%

OURO BM&amp;F

R\$ 318,00

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -1,77%

Pontos: 101.882

Volume financeiro: R\$

26,643 bilhões

Maiores altas: CCR SA

ON (2,81%), COGNA

ON (2,75%), Ultrapar ON

(2,35%)

Maiores baixas: MRV ON

(-7,13%), Grupo Soma

ON (-7,00%), Hpvida ON

(-6,43%)

S&amp;P 500 (Nova York):

1,44%

Dow Jones (Nova York):

1,26%

Nasdaq (Nova York):

1,74%

CAC 40 (Paris): 0,81%

Dax 30 (Frankfurt):

0,69%

Financial 100 (Londres):

0,15%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,93%

Hang Seng (Hong Kong):

0,45%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,36%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,31%

Merval (Buenos Aires):

-2,35%

IPC (México): -0,54%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO IPCA/IBGE

Outubro 2022: 0,59%

Novembro 2022: 0,41%

Dezembro 2022: 0,62%

Janeiro 2023: 0,53%

## Pinto Neto Importação e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda.

CNPJ/ME nº 28.589.865/0002-35

### Regulamento Interno do Armazém Geral

**Pinto Neto Importação e Exportação De Produtos Alimentícios Ltda.**, com estabelecimento na Estrada Jaborandi a Colina, Chácara Boa Vista, s/nº, CJ 2, Zona Rural, município de Jaborandi, Estado de São Paulo, CEP: 14.775-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 3590624861-1, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.589.865/0002-35, inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS sob o nº 390.016.127.115, estabelece o seu Regulamento Interno para as operações do estabelecimento, localizado na Estrada Jaborandi a Colina, Chácara Boa Vista, s/nº, CJ 2, Zona Rural, município de Jaborandi, Estado de São Paulo, CEP: 14.775-000, nos seguintes termos: **Capítulo I - Recebimento e entrega de mercadorias. Artigo 1º** Receberá em depósito para guarda e conservação, mercadorias nacionais e estrangeiras, embaladas ou a granel, emitindo simples **Recibos de Depósitos** ou títulos especiais que as representem de acordo com o Decreto nº 1.102 de 21/11/1903. **Artigo 2º** Para atender aos interessados, o escritório do Armazém de **Pinto Neto Importação e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda.**, estará aberto de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:00 das 12:00 horas às 17:00 horas. **Artigo 3º** O seu Armazém permanecerá aberto, todos os dias úteis, no horário comercial definido no Artigo anterior.

**§único:** Excepcionalmente, nos períodos de colheita da safra agrícola regional e de retiradas dos produtos armazenados, poderão ocorrer operações no Armazém além do horário definido no Artigo 2º deste Regulamento. **Artigo 4º** O pretendente a qualquer depósito deverá apresentar proposta assinada na sociedade, de acordo com o modelo que lhe será fornecido pela depositante, declarando o nome do depositário, residência, quantidade e natureza das mercadorias, a ordem de quem as mesmas ficam depositadas, marca, peso, estado dos envoltórios, prazo do depósito e os serviços (descarga, pré-limpeza, secagem, expurgo, aeração, armazenamento, ensaue, carga e expedição) que desejam que sejam feitos pela sociedade. **§único:** Sendo aceito o pedido, o gerente da sociedade visará à proposta, servindo a mesma para guia de entrada e conferência da mercadoria no armazém, juntamente com o documento fiscal próprio, na conformidade com a legislação vigente. **Artigo 5º** Após a entrada e conferência da mercadoria, o Fiel do Armazém passará recibo na mesma proposta, pela qual será emitido o recibo de depósito simples, ou Conhecimento de Depósito, e/ou Warrant, documento este assinado pelo Fiel do Armazém e pelo gerente da sociedade. **Artigo 6º** As mercadorias serão depositadas em lotes, se embaladas ou em estoque comum, se a granel, constantes dos recibos de depósito, ou títulos emitidos com os números ou marcas e respectivas quantidades. **Artigo 7º** O Fiel Depositário do Armazém tem o direito de exigir a abertura dos invólucros para verificar a exatidão das declarações sobre o conteúdo dos mesmos. Essa verificação, porém, será feita na presença do interessado ou de quem legitimamente o represente, designando-se para essa providência local e hora. **§único:** Se o interessado não comparecer, o Fiel Depositário do Armazém fará a vistoria na presença de 2 testemunhas e a sociedade lavrará termo em livro especial. **Artigo 8º** No caso de ser verificada falsidade nas declarações do depositante, a sociedade promoverá as diligências indispensáveis para tornar efetiva a responsabilidade dos donos da mercadoria. **Artigo 9º** Toda e qualquer mercadoria quando depositada contra o Conhecimento de Depósito e Warrant será sempre pesada ou medida, analisada quanto a suas propriedades, umidade e quanto a impurezas, no caso de simples recibo de depósito, se o depositante o exigir. **Artigo 10º** A medida que for sendo retirada a mercadoria depositada com simples recibo de depósito será, no verso do mesmo, dada a respectiva baixa, devolvendo em seguida o recibo ao depositante, que por sua vez o restituirá a sociedade, quando esteja devidamente liquidado. **§único:** Os custos com os serviços contratados, conforme Artigo 4º do presente, serão cobrados em prazos pré-fixados e na conformidade com o constante da tabela de tarifas remuneratórias vigente à época da prestação dos serviços. **Artigo 11** Só poderá ser facultada a retirada das mercadorias depositadas, contra a entrega dos títulos ou recibos correspondentes e depois de pagas as despesas a que estiverem sujeitas. **Artigo 12** Se o depositante houver transferido a outrem, por qualquer título a mercadoria em depósito, ou parte dela, poderá requisitar por escrito, a substituição do recibo, com as devidas modificações.

**Capítulo II - Do prazo de depósito, pagamento de taxas e retenção das mercadorias. Artigo 13** O prazo para cobrança de depósito inicial é de 10 dias, ainda que a mercadoria seja retirada antes de terminado o mês, vencido o primeiro, as armazenagens serão calculadas de acordo com as tarifas da sociedade. **Artigo 14** As armazenagens e demais despesas, a que estiverem sujeitas as mercadorias serão cobradas normalmente, de acordo com as condições da tarifa oficial. **§único:** No caso de atraso o depositante pagará além dos preços das tarifas, mais os juros de 12% ao ano sobre os pagamentos em atraso. **Artigo 15** De conformidade com o Decreto nº 1.102 de 21/11/1903 em seu artigo 14, "A sociedade assiste o direito de retenção da mercadoria depositada, para garantia do pagamento dos armazéns, das despesas com a conservação, benefícios ou quaisquer serviços prestados a pedido do depositante e ainda dos adiantamentos para fretes, seguros, comissões, juros, etc." **Artigo 16** Vencido o prazo de depósito, sem que a mercadoria tenha sido retirada e caso não tenha sido proposto e aceito novo prazo, reputar-se-á mercadoria abandonada e a sociedade expedirá aviso ao depositante para que este providencie, no prazo máximo de 8 dias, a sua retirada, prazo este que será contado da data que houver sido feito o aviso. **§único:** Findo este prazo, e não tendo o depositante tomado qualquer providência, será a mercadoria vendida em leilão, anunciado com antecedência mínima de 3 dias nos termos e com as formalidades da Lei. **Artigo 17** O produto da venda, deduzido os créditos preferenciais se não for procurado por quem de direito dentro do prazo de 8 dias, será depositado judicialmente por conta de quem pertencer. **Artigo 18** Caso a mercadoria não tenha sido retirada depois de vencido o prazo, por motivo de extravio dos respectivos recibos, Conhecimentos de Depósitos, de Warrant e, de não estarem ainda terminadas as formalidades legais para justificação do extravio, a sociedade poderá prorrogar o prazo do depósito a pedido do interessado desde que sejam pagas as despesas a que a mercadoria estiver sujeita, na liquidação do Warrant se houver. **§único:** Se os interessados preferirem a venda imediata em leilão, ou não providenciarem, depois de avisados pela sociedade, esta fará a venda informando o juízo por onde correr o processo de justificação, do produto líquido que ficará a ordem do mesmo juízo. **Capítulo III - Da responsabilidade da sociedade. Artigo 19** Além das responsabilidades especialmente estabelecidas em lei a sociedade responde: a) Pela guarda, conservação, pronta e fiel entrega das mercadorias que tiver recebido em depósito, e pelos seguros das mesmas; b) Pela culpa, fraude ou dolo de seus empregados e prepostos e pelos furtos acontecidos em mercadorias sob sua guarda. **§1º:** A indenização devida pela sociedade nos casos previstos nas alíneas "a" e "b" não poderá exceder ao preço da mercadoria em bom estado no lugar e no dia que deveria ser entregue. **§2º:** O direito a indenização prescreve em 3 meses contados do dia em que a mercadoria foi ou deveria ser entregue. **Artigo 20** Cessa a responsabilidade da sociedade: a) nos casos de avaria, vício, quebra de peso, derrame ou extravasamento; b) alteração de qualidade provocada pela natureza da mercadoria ou do acondicionamento defeituoso; c) pela insolvabilidade da companhia seguradora das mercadorias; d) por causas inevitáveis ou de previsão impossível; e) em casos fortuitos e/ou de força maior. **§único:** São consideradas causas inevitáveis ou de previsão impossível: incêndio, inundação, terremoto, guerra civil ou externa, alteração da ordem pública, greves ou outras causas naturais que afetem as mercadorias ou os serviços do armazém. **Artigo 21** A sociedade não se encarregará da venda de mercadorias por conta própria, nem fará por sua conta alínea qualquer negociação sobre títulos e recibos de depósitos que emitir. **§único:** A sociedade poderá entregar a um corretor oficial a venda de qualquer mercadoria depositada em seu armazém por ordem expressa do depositante, quando esse não faça diretamente a terceiros. **Artigo 22** A sociedade não estabelecerá qualquer preferência entre os depositantes a respeito de qualquer serviço e poderá fazer abatimento nos preços afixados em suas tarifas se for conveniente para a empresa. **Artigo 23** A sociedade reserva-se o direito de recusar o depósito de mercadorias nos seguintes casos: a) quando a mercadoria que se deseja armazenar não for tolerada por este regulamento; b) quando as mercadorias danificarem as que já estiverem em depósito ou se forem de fácil deterioração; c) quando não estiverem bem acondicionadas; d) quando pela natureza da mercadoria, o armazém não esteja aparelhado para recebê-las.

**Capítulo IV - Dos conhecimentos de depósitos e warrants. Artigo 24** A sociedade emitirá quando requisitada pelo depositante da mercadoria, dois títulos unidos, mais separáveis, denominados: Conhecimento de Depósito e Warrant. **§único:** Tais documentos serão extraídos conforme se acha estabelecido no capítulo II, do Decreto 1.102 de 21/11/1903. **Artigo 25** As mercadorias, sobre as quais forem emitidos Conhecimentos de Depósito e Warrant, serão seguradas contra riscos de incêndio, em valor razoável designado pelo depositante. **Artigo 26** Os Conhecimentos de Depósito e Warrant podem ser transferidos, por endosso, unidos ou separados. **§1º:** O endosso pode ser em branco, neste caso, confere ao portador do título os direitos de cessionário. **§2º:** O endosso dos títulos unidos confere ao cessionário o direito de livre disposição da mercadoria depositada; o do Warrant, separado do Conhecimento de Depósito, o direito do penhor sobre a mesma mercadoria, e o Conhecimento de Depósito a facultade de dispor da mercadoria, salvo os direitos do credor portador do Warrant. **Artigo 27** O primeiro endosso do Warrant declarará a importância do crédito garantido pelo penhor da mercadoria à taxa de juros e a data do vencimento. Essas declarações serão transcritas no Conhecimento de Depósito e assinadas pelos endossatários do Warrant. **Artigo 28** O portador dos dois títulos tem direito de pedir a divisão da mercadoria em tantos lotes quantos lhe convier e a entrega de Conhecimentos de Depósito e Warrant correspondente a cada um dos lotes, sendo restituído e ficando anulados os títulos anteriormente emitidos. Essa divisão somente será facultada, se a mercadoria continuar a garantir os créditos preferenciais. **§único:** É permitido ao portador dos dois títulos pedir emissão de novos títulos a sua ordem ou de terceiros que indicar em substituição dos primitivos, que serão restituídos à sociedade e anulados. **Artigo 29** Ao portador do Conhecimento de Depósito é permitido retirar a mercadoria antes do vencimento da dívida constante do Warrant, consignando na sociedade o capital e juros até o vencimento e pagando os impostos fiscais, armazenagens, taxas e despesas. **§1º:** Da quantia consignada, a sociedade passará o competente recibo e avisará, por meio de carta registrada, o primeiro endossador do Warrant. **§2º:** A quantia exibida em consignação será prontamente entregue ao credor, mediante a restituição do Warrant, com a devida quitação. **§3º:** Se o Warrant não for apresentado à sociedade até 8 dias depois do vencimento da dívida, a quantia consignada será levada a depósito judicial por conta a quem pertencer. **§4º:** A perda, o furto, o extravio, do Warrant não prejudicando o exercício do direito conferido por lei ao portador do Conhecimento de Depósito, e proceder-se-á de acordo com o contido no artigo 35 deste regulamento. **Artigo 30** O portador do Warrant que no dia do vencimento não for pago e que não achar consignada na sociedade a importância de seu crédito e juros, deverá interpor o respectivo protesto na forma

da lei. **§1º:** Dentro de 10 dias, a contar da data do instrumento de protesto, o portador do Warrant mandará vender em leilão ou por corretor de sua escolha, as mercadorias especificadas no título, independente de quaisquer formalidades judiciais, anunciando a venda com 4 dias de antecedência. **§2º:** Igual direito de venda cabe ao endossador que pagar a dívida do Warrant, sem que seja necessário constituir em mora os endossadores do Conhecimento de Depósito. **§3º:** A perda ou extravio do Conhecimento de Depósito, a falência, os meios previstos de suas declarações e a morte do devedor interrompem a venda anunciada. **§4º:** O devedor poderá evitar a venda até o momento de ser a mercadoria adjudicada, pagando imediatamente a dívida do Warrant, os impostos fiscais, despesas e taxas devidas a sociedade e todas as outras a que a execução de lugar, inclusive de protestos, comissões do corretor ou leiloeiro e juros de mora.

**Artigo 31** O portador do Warrant que, em tempo útil não interpusse o protesto por falta de pagamento ou que, dentro de 10 dias contados da data do instrumento de protesto, não promover a venda da mercadoria, conservará tão somente ação contra o primeiro endossador do Warrant e contra os endossadores do Conhecimento de Depósito. **Artigo 32** Do produto líquido da venda, far-se-á dedução dos créditos preferenciais e do respectivo saldo será paga a importância do Warrant ao seu portador, acrescida dos juros de mora a razão de 12% ao ano, contra recibo de quitação. **Artigo 33** Se a importância do saldo for insuficiente para cobrir a totalidade do débito, far-se-á pagamento parcial, do que se fará menção no próprio Warrant, continuando este em poder do portador, para agir pelo restante, contra os endossadores, solidariamente, observadas as disposições da Lei em vigor. **Artigo 34** Na liquidação que a sociedade tenha que fazer com os depositantes ou portadores de títulos, serão respeitados os créditos preferenciais, na seguinte ordem: a) as fazendas Federal, Estadual e Municipal; b) o corretor ou leiloeiro, pelas comissões que tiverem direito e quaisquer despesas devidamente justificadas; c) a sociedade, pelas despesas e taxas que lhe forem devidas. **Artigo 35** Em caso de extravio de qualquer título emitido pela sociedade será observado o disposto no artigo 27 e seus parágrafos, do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903. **Capítulo V - Do pessoal e suas obrigações. Artigo 36** A administração da sociedade terá nos seus armazéns um Fiel e os ajudantes necessários. **Artigo 37** O Fiel dos Armazéns fará inscrever o seu título de nomeação na Junta Comercial do estado que for designado o estabelecido no Armazém. **Artigo 38** Aos empregados em geral será obrigatória a integral observância aos horários de serviço assim como substituição e serviços em hora fora do regimental, quando exigirem os interesses da sociedade, ou a boa ordem do seu serviço, a juízo do gerente ou de quem o represente. **Artigo 39** Pelas faltas cometidas, todo e qualquer empregado da sociedade ficará sujeito às penas impostas pelo gerente ou por quem o represente. **Artigo 40** Os casos omissos ao presente regulamento serão resolvidos de acordo com as disposições do Decreto nº 1.102 de 21/11/1903, e pela legislação em vigor na parte que lhe for aplicável. **Artigo 41** Qualquer dívida que seja suscitada entre a sociedade e os depositantes, tanto no que respeita a interpretação de quaisquer normas deste regulamento, como na aplicação das tabelas e tarifas, será dirimida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. **Artigo 42** Quaisquer alterações que sejam julgadas indispensáveis ao presente Regulamento, as tarifas ou tabelas a ele anexas, serão feitas e só vigorarão depois de publicadas e averbadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e de preenchidas as formalidades da lei. Jaborandi/SP, 03 de fevereiro de 202.

**Giovane Pinto Neto**, brasileiro, agropecuarista, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.523.457-6-SSP/SP e inscrito no CPF (ME) sob o nº 020.385.938-33, residente e domiciliado na Cidade de Jaborandi, Estado de São Paulo, na Rua Elifas Ferreira de Araújo n.º 359, Bairro Centro, CEP 14.775-000; **Sandro Pinto Neto**, brasileiro, divorciado, agropecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 17.887.127-8-SSP/SP, inscrito no CPF (ME) sob o nº 076.761.898-02, residente e domiciliado na Cidade de Jaborandi, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Bruno, nº 530, Bairro Centro, CEP 14775-000. **Testemunhas: Maria Madalena Lopes Almado e Marcos Antonio Lopes.**

### Tarifas Remuneratórias do Armazém Geral

**Pinto Neto Importação e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda.**, com estabelecimento na Estrada Jaborandi a Colina, Chácara Boa Vista, s/nº, CJ 2, Zona Rural, município de Jaborandi, Estado de São Paulo, CEP: 14.775-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 3590624861-1, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.589.865/0002-35, inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS sob o nº 390.016.127.115, estabelece as tarifas remuneratórias a serem utilizadas pelo seu estabelecimento com o ramo de ARMAZÉM GERAL COM EMISSÃO DE WARRANT, localizado na Estrada Jaborandi a Colina, Chácara Boa Vista, s/nº, CJ 2, Zona Rural, município de Jaborandi, Estado de São Paulo, CEP 14775-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.589.865/0002-35 e no cadastro de contribuintes do ICMS sob o nº 390.016.127.115, nos seguintes termos: **A - Da Armazenagem, Seguro e AD-VALOREM:** A1 - ARMAZENAMENTO A GRANEL amendoim, por tonelada R\$2.600,00; A2 - AD-VALOREM, produto a granel R\$ 0,80/t; A3- Para efeito de "ad-valorem", os produtos serão reajustados de acordo com os índices vigentes ou pelo preço de mercado, nunca inferior ao preço mínimo garantido pelo Governo Federal, mês a mês; A4 - A cobertura de "ad valorem" entende-se única e exclusivamente contra FOGOS, RAIOS e suas consequências, nos termos das apólices abertas para esse fim, conforme artigo 16 da Lei nº 1.102 de 21/11/1903; A5 - As tarifas de armazenamento, adicional e seguro são pelo prazo de 15 dias infracionárias. **B - Da Prestação de Serviços Diversos:** B1 - Produtos: Amendoim; B2 - PARA PRODUTOS A GRANEL; B2.1 - Descarga, por tonelada R\$2.600; B2.2 - Carga (expedição), por tonelada R\$ 2.600,00; B2.3 - Expurgo, por lote de 25t R\$250,00; B2.4 - Aeração, por tonelada/mês R\$3,50; B2.5 - Transilagem, por tonelada R\$25,00; B2.6 - Transbordo, por tonelada R\$12,50; B4- Para Produtos a Granel; B4.1 - Pré -Limpeza, por tonelada, por produto recebido com: R\$25,00; B4.2 - SECAGEM, por tonelada, redução para 13% de umidade; Até 15% R\$ 2,30; Acima de 15%, até 18% para cada mais 1% de redução R\$2,20; Acima de 18%, até 22% para cada mais 1% de redução R\$1,70; Acima de 22%, até 25% para cada mais 1% de redução R\$1,65; Acima de 25% para cada mais 1% de redução R\$1,60; B4.3 - PESAGEM, por veículo produto armazenado R\$ 20,00; B4.4 - PESAGEM, por veículo, avulso R\$ 20,00; B5- Serviços de Expediente: B5.1 - Emissão de Warrants, por Título R\$ 50,00; B5.2 - Emissão de Recibo de Depósito, por Título R\$ 50,00; B5.3 - Emissão de Nota Fiscal de Entrada ou Saída, por nota R\$ 3,00; B5.4 - Transferência Interna De Depositante R\$ 5,00. **C- Das Taxas e Comissões:** C1 - Comissão de Permanência em Conta: Os serviços de armazenagem e "ad-valorem" são cobrados antecipadamente pelo prazo estipulado na tarifa. Todos os outros serviços deverão ser pagos no ato da execução. Todos os pagamentos deverão ser feitos no escritório da empresa. Caso não liquidados dentro do prazo estipulado, será cobrada uma comissão de permanência, sobre os saldos devedores, à taxa diária composta de 0,033% por dia. C2 - Taxa de Administração: Será cobrada uma taxa de todos os serviços executados, exceto "ad-valorem" e armazenagem, à razão de R\$1,25/t. C3 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: Encontra-se destacado na Nota Fiscal de Serviço, porém seu custo engloba-se no total das despesas, na conformidade com a legislação vigente. **D - Observações Gerais:** D1 - Os armazéns gerais se reservam no direito de cobrar a título de adicional todos os aumentos que notoriamente incidirem em componentes de custo destas tarifas, inclusive por força de acordo salarial ou governamental na mesma percentagem concedida ao trabalhador; D2 - Para cobertura de seguro contra riscos, tais como: vendaval, avarias, vícios intrínsecos, inundação, mesmo pelos casos de força maior, deverá haver acordo entre a armazenadora e o depositante, nos termos do artigo 37, § único da Lei 1.102, de 21.11.1903; D3 - Além das taxas e comissões especificadas nos itens C1 e C2, pagamentos em atraso ficam sujeitos à correção legal pelo IGP-M ou outro indexador que vier substituí-lo, inclusive calculada "pro-rata tempore" dentro de um mesmo mês; D4 - O Armazém Geral terá direito de retenção sobre as mercadorias depositadas para garantia de pagamento de quaisquer débitos do depositante para com a armazenadora, decorrentes de quaisquer serviços especificados nestas tarifas; D5 - Serviços extraordinários, fora do horário normal, terão acréscimo de 100% até as 22:00 horas. Depois deste horário ou aos domingos e feriados, terão acréscimo de 300%; D6 - O prazo de depósito será de 6 meses, com início na data de entrega do produto no armazém, podendo ser prorrogado contra pagamento das despesas em débito. Não havendo acordo para a prorrogação deste prazo, o produto reputar-se-á abandonado e o armazém dará aviso ao depositante, marcando-lhe o prazo de 8 dias improrrogáveis para retirada do produto; contra devolução do certificado de depósito e pagamento das despesas correspondentes. Idêntico procedimento poderá ser adotado nos casos da letra "C", §2º do artigo 8º do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903, por iniciativa do Armazém; D7 - Na ocorrência de incêndio o Armazém indenizará ao depositante o saldo de seus produtos existentes no armazém, se ele for objeto de seguro, tomando por base o valor unitário no anverso do certificado, e ou agregação suplementar de valor para seguro, caso haja sido realizada posteriormente no decorrer do prazo do contrato de depósito. A efetivação da indenização, neste caso, dar-se-á depois que a seguradora realizar a liquidação do seguro com o Armazém, sem qualquer ônus para este com relação ao prazo decorrido da apuração do dano; D8 - Ao Armazém se reserva o direito de estabelecer percentuais de perdas de peso, em razão do fenômeno de quebra técnica, durante a armazenagem de grãos. Os percentuais estipulados baseiam-se no tempo de armazenagem e são assim discriminados: até 0,1% de perda de peso a cada 10 dias; até 0,3% de perda de peso a cada 30 dias; até 1,8% de perda de peso a cada 6 meses e assim sucessivamente. Face à ocorrência dessa perda de peso na entrega de produtos a granel, serão descontadas, a título de retenção, quantidades proporcionais ao tempo de armazenagem e de acordo com os percentuais acima estabelecidos; D9 - Reduções de peso provocadas por perda de umidade durante a armazenagem são normais, não se responsabilizando a armazenadora; D10 - Quando da transferência de propriedade de produtos armazenados devem ser consideradas as perdas previstas nos itens D9 e D10, nos períodos de armazenagem até a transferência; D11 - Para produtos destinados ao armazenamento a granel e que não passam pela operação de limpeza, será aplicada, à entrada a quebra de 0,5%, em decorrência das perdas de peso sofridas como resultado das operações de recebimentos, aspirações de pó e estocagem; D12 - As "ordens de entrega" emitidas pelas empresas não são negociáveis, e sendo, portanto, nulo eventual endosso nela apostado; D13 - A empresa só emitirá "ordem de entrega" contra a apresentação da carta solicitação devidamente assinada pelo depositante; D14 - Para retirada da mercadoria é indispensável a devolução do documento que a represente, bem como a entrega do recibo no qual o depositante declara que recebeu a mercadoria em perfeito estado de conservação, ficando a empresa isenta de qualquer responsabilidade da mesma; D15 - Todos os serviços serão cobrados desdobradamente, isto é, ressalvados os casos especificados nesta "Tarifa", pelo número de operações que a compõem; D16 - Estas tarifas entrarão em vigor 30 dias após sua publicação. Jaborandi/SP, 03/02/2023. **Giovane Pinto Neto**, brasileiro, agropecuarista, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de

Identidade RG nº 10.523.457-6-SSP/SP e inscrito no CPF (ME) sob o nº 020.385.938-33, residente e domiciliado na Cidade de Jaborandi, Estado de São Paulo, na Rua Elifas Ferreira de Araújo n.º 359, Bairro Centro, CEP 14.775-000; **Sandro Pinto Neto**, brasileiro, divorciado, agropecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 17.887.127-8-SSP/SP, inscrito no CPF (ME) sob o nº 076.761.898-02, residente e domiciliado na Cidade de Jaborandi, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Bruno, nº 530, Bairro Centro, CEP 14775-000. **Testemunhas: Maria Madalena Lopes Almado e Marcos Antonio Lopes.**

### Memorial Descritivo

#### Declarações art. 1º, itens 1º a 4º do Decreto nº 1.102/1903.

**Qualificação: Pinto Neto Importação e Exportação de Prdutos Alimentícios Ltda.**, com estabelecimento na Estrada Jaborandi a Colina, Chácara Boa Vista, s/nº, CJ 2, Zona Rural, município de Jaborandi, Estado de São Paulo, CEP 14775-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.90624861-1, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.589.865/0002-35, inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS sob o nº 390.016.127.115, estabelece o seu Regulamento Interno para as operações do estabelecimento, localizado no Estrada Jaborandi a Colina, Chácara Boa Vista, s/nº, CJ 2, Zona Rural, município de Jaborandi, Estado de São Paulo, CEP 14775-000, nos seguintes termos: **Capital:** O capital social é no valor de **R\$ 300.000,00**, dividido em **300.000**, quotas de capital social no valor nominal unitário de R\$ 1,00, sendo que se encontra totalmente subscrito e integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, assim distribuídos aos sócios:

Giovane pinto neto	150.000	QUOTAS	R\$	150.000,00
Sandro pinto neto	150.000	QUOTAS	R\$	150.000,00
<b>Total</b>	<b>300.000</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>R\$</b>	<b>300.000,00</b>

O estabelecimento filial, registrado no NIRE nº 35906248611, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.589.865/0001-54 não possui capital social destacado. **Capacidade:** A estrutura de armazenagem está edificada em um terreno com 60.500 m2, todo cercado por alambrado e apresentando: - Uma edificação em alvenaria, medindo 9,0m2 com instalações sanitárias, destinada à portaria: - Uma edificação em alvenaria, medindo 178,20m2 contendo diversas salas e instalações sanitárias adequadas ao funcionamento do centro administrativo, contendo instalações hidráulicas e sanitárias, destinada ao refeitório e vestiário dos funcionários; - Uma edificação em alvenaria, medindo 16,0m2 contendo instalação hidráulica, destinada ao comando da balança e análise de amostras dos produtos recebidos; - Duas unidades armazenadoras, apresentando as seguintes características técnicas:

#### Armazém 1:

Dados técnicos:	
- Tipo de Fundo:	Plano
- Estrutura paredes:	Painéis Monolíticos de EPS
- Piso:	Concreto polido
- Acesso:	Rampas Laterais
- Volume Nominal (m³):	33.816
- Capacidade Nominal(t):	17.500
- Galvanização (g/m²):	Z 450
- Diâmetro (m):	100
- Largura (m):	30
- Altura do Corpo (m):	7
- Inclinação do Telhado (º):	30º

- Galvanização Telhado:	Galvalume (50%AL + 51%ZN + 1%SI)
- Espalhador de grãos:	Gravitacional
- Termometria Portátil:	Sim
- Rosca Varredora:	Autoportante
- Capacidade Rosca Varredora (t/h):	50
- Potência Acionamento (CV):	7,5
- Descarga Lateral:	Não
- Aeração:	Sim

#### Armazém 2:

Dados técnicos:	
- Tipo de Fundo:	Plano
- Estrutura paredes:	Painéis Monolíticos de EPS
- Piso:	Concreto polido
- Acesso:	Rampas Laterais
- Volume Nominal (m³):	14.000
- Capacidade Nominal(t):	2.500
- Galvanização (g/m²):	Z 450
- Diâmetro (m):	100
- Largura (m):	20
- Altura do Corpo (m):	7
- Inclinação do Telhado (º):	30º

- Galvanização Telhado:	Galvalume (50%AL + 51%ZN + 1%SI)
- Espalhador de grãos:	Não
- Aeração:	Sim

Uma unidade de secagem constituída de 20 secadores, as seguintes características técnicas:

#### Secador de Amendoim:

Qtd	Modelo	Tipo	Produto	P. Espec.
20	SM 650	Silo	Amendoim em casca	0,35 ton/m³

**Comodidade:** A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. **Segurança:** A segurança esta de acordo com as normas técnicas do armazém, consonantes a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. **Natureza e discriminação das mercadorias:** A empresa receberá em depósito para guarda e conservação, mercadorias nacionais e estrangeiras, embaladas ou a granel e poderá realizar os serviços de descarga, pré-limpeza, secagem, expurgo, aeração, armazenamento, ensaue, carga e expedição. **Descrição minuciosa dos equipamentos do armazém conforme o tipo de armazenagem:** A empresa contará com os seguintes equipamentos: **Secador de Amendoim:**

Qtd	Modelo	Tipo	Produto	P. Espec.
20	SM 650	Silo	Amendoim em casca	0,35 ton/m³

Dados técnicos:	
- Capacidade de secagem do produto (t/dia):	16
- Umidade de Entrada (%):	18
- Umidade de Saída (%):	13
- Umidade Relativa do Ar (%):	60
- Temperatura Ambiente (%):	20
- Temperatura de Secagem (Cº):	45º
- Dimensões (AxLxC):	5.500 X 5.000 X 5.000
- Vazão de Ar (m³/m):	600
- Energia necessária (kcal/h):	950.000
- Número e potência dos ventiladores (CV):	15
- Tipo de descarga:	Descarga mecânica
- Acabamento:	Aço Carbono pintura acrílica
- Escadas e plataformas:	Sim
- Acionamento:	Motor WEG

A movimentação dos cereais no processo operacional é realizada por elevadores e esteiras transportadoras com as seguintes características técnicas:

Elevadores:	Modelo	Capacidade	Produto	Peso Especifico
	EMT 20"	30 t/h	Amendoim em casca	0,35 ton/m³

Dados técnicos:

- Diâmetro do Tambor de Acionamento (mm): 500
- Revestimento Tambor: Vulcanizado
- Velocidade de Trabalho (m/s): 1,50
- Espessura Chapas do Corpo(mm): 2,00
- Espessura Chapas do Pé(mm): 2,75
- Espessura Chapas Cabeça(mm): 2,75
- Largura Correia das Caçambas(polegadas): 21.1/2"
- Nº lonas da correia: 3
- Material Caçamba: Aço carbono
- Quantidade Caçamba por metro: 3,5
- Acionamento: Motor redutor NORD

- Itens de segurança:	Plataforma na cabeça, escadas com guarda corpo
- Acabamento:	Aço carbono - pintura acrílica
- Freio:	Anti-recuo

Modelo	Capacidade	Produto	Peso Especifico
EMT16"	25 t/h	Amendoim em casca	0,35 ton/m³

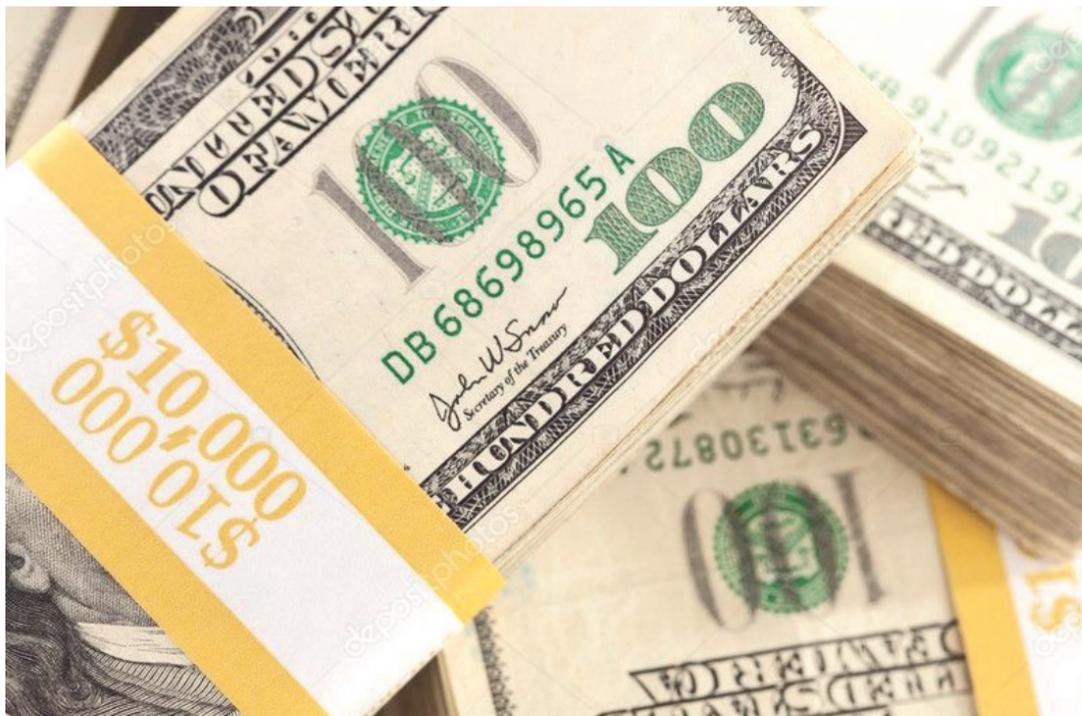
Dados técnicos:

- Diâmetro do Tambor de Acionamento (mm): 500
- Revestimento Tambor: Vulcanizado
- Velocidade de Trabalho (m/s): 1,50
- Espessura Chapas do Corpo(mm): 2,00
- Espessura Chapas do Pé(mm): 2,75
- Espessura Chapas Cabeça(mm): 2,75
- Largura Correia das Caçambas(polegadas): 16"
- Nº lonas da correia: 3
- Material Caçamba: Aço carbono
- Quantidade Caçamba por metro: 4,0

continua → 4,0

continuação →		Motor redutor NORD		Modelo	Capacidade	Produto	Peso Específico	A fonte de calor utilizada na secagem dos cereais prove de uma caldeira a vapor fogo tubular modelo MLH 2.000, construída com chapas ASTM-285 GR° C – Marca Maritec, com as seguintes especificações: <b>Especificação da Caldeira de 2.000 Kg/Vapor/Hora – Nº De Série 1160:</b> - Modelo: MLH 2.000, cilíndrica horizontal, ASME I e ABNT; - Pressão Máxima de Trabalho Admissível: 8,0 Kgf/cm²; - PCI do Combustível: 2.500Kcal/h - Pressão de Teste Hidrostático de: 12,0 Kgf/cm²; - Superfície de Aquecimento de: 90,9 m²; - Categoria: "B"; - Um Exaustor Centrifugo tipo Limit Load, com motor, mancais e correias, trifásico de 5CV; - Um Tanque de Condensado com capacidade de 8.000 litros, devidamente dimensionado (volume útil) garantindo o abastecimento de água dentro do volume requerido pela Caldeira, - 20 Trocador de Calor, para atender 20 Secadores KWADS-100R; - Uma Coifa de Interligação do Trocador de Calor, no Secador Kepler Weber ADS-100-R. <b>Operações e Serviços a que se Propõe.</b> A empresa se propõe a realizar o armazenamento/dépósito para guarda e conservação, das mercadorias recebidas, bem como a realização de serviços de descarga, pré-limpeza, secagem, expurgo, aeração, armazenamento, ensaque, carga e expedição. <b>Jaborandi/SP, 03/02/2023. Pinto Neto Imp. E Exp. De Produtos Alimentícios Ltda. Giovane Pinto Neto</b> (sócio administrador). JUCESP nº 113.386/230 em 22/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.	
- Acionamento:	Plataforma na cabeça, escadas com guarda corpo	SM 20"	30 ton/h	Amendoim em casca	0,35 Ton/m³				
- Itens de segurança:	Aço carbono pintura acrílica Anti-recuo	Dados técnicos:							
- Acabamento:		- Velocidade de Trabalho(m/s):							
- Freio:		- Dimensões Roleta de Carga(mm):							
<b>Peneira Pré Limpeza</b>		- Dimensões Roleta Retorno(mm):							
Modelo	Capacidade	Produto	Peso Específico						
SM 4m x 2m	20 ton/h	Amendoim em casca	0,35 Ton/m³						
Dados técnicos:									
- Velocidade de Trabalho (RPM):			400						
- Peneira amendoim casca(mm)			Oval 20 x 45						
- Peneira amendoim grão de roça(mm)			Oval 11 x 15						
- Peneira terra(mm)			Redondo 5						
- Itens de segurança:			Proteção de correias						
- Acabamento:			Aço carbono pintura acrílica						
- Acionamento:			Motor WEG						
<b>Transportador c/ roletes inclinados:</b>									

## Dólar cai pelo 6º pregão seguido e encerra março com baixa de 2,99%



Apesar do sinal predominante de alta da moeda americana no exterior e do tombo do Ibovespa, o dólar à vista trabalhou em queda firme ao longo do dia e emendou na sexta-feira, 31, o sexto pregão consecutivo de baixa no mercado doméstico de câmbio. Entre máxima a R\$ 5,1061, fruto de um avanço pontual e bem limitado na abertura dos negócios, e mínima a R\$ 5,0583, a moeda fechou o dia cotada a R\$ 5,0686, em queda de 0,57%.

Com as perdas de hoje, o dólar acumula nos últimos cinco pregões desvalorização de 3,48% – a maior queda semanal desde a semana encerrada em 2 de dezembro de 2022 (-3,61%), quando o mercado absorvia a desidratação da PEC da Transição, que abriu espaço para gastos

extrateto no primeiro ano de governo Lula. Em março, as perdas são de 2,99% e no primeiro trimestre, de 4,00%.

Analistas atribuem o recuo da moeda americana hoje, em grande parte, a fatores técnicos, como a formação da última taxa Ptax de março e a rolagem de posições no mercado futuro. O contrato de dólar para vencimento em maio teve giro expressivo, superior a US\$ 16 bilhões. Do lado conjuntural, dados encorajadores da economia da chinesa, que alimentam perspectiva positiva para preços de commodities, contribuíram para apreciação do real. Divisas como peso mexicano e rand sul-africano também conseguiram escapar do movimento de valorização do dólar no exterior.

Por aqui, analistas ponderam os efeitos líquidos da

proposta do novo arcabouço fiscal sobre a dinâmica da taxa de câmbio. Apesar de premissas consideradas otimistas e de se apoiar na perspectiva de aumento das receitas, a nova regra fiscal, com boas chances de ser aprovada no Congresso, afasta o cenário de piora significativa da relação dívida/PIB, principal indicador de solvência do País. Por outro lado, contudo, não é capaz de induzir uma redução grande das expectativas de inflação, fator essencial para um afrouxamento monetário.

A leitura é que a dupla formada por redução de temores de piora aguda das contas públicas com manutenção da taxa Selic em níveis elevados ao longo do ano, mesmo com eventual corte de juros no segundo semestre, dá sustentação à moeda brasileira.

IstoÉDinheiro

## Juros: Exterior alivia efeito de ceticismo com arcabouço e taxas reduzem alta

Os juros futuros fecharam majoritariamente em alta, tendo reduzido o ritmo a partir de meados da tarde, acompanhando a melhora do ambiente internacional. O alívio aplacou um pouco a pressão da recomposição de prêmios que vinha puxando as taxas para cima desde a abertura, com a repercussão negativa de uma avaliação mais detalhada do arcabouço fiscal pelos agentes. O mercado está preocupado especialmente com o peso que a proposta coloca sobre as receitas para alcançar a melhora dos resultados primários nos próximos anos, na medida em que o governo, ao mesmo tempo, insiste que não haverá elevação de impostos. Com o desempenho de sexta, a curva encerra março com todas as taxas em queda em relação ao fim de fevereiro, mas com as longas caindo mais do que as curtas.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,20%, de 13,15% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 11,94% para 12,03%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 12,10%, de 12,08% ontem no ajuste, mas a do DI para janeiro de 2029 caiu a 12,52%, de 12,54%.

A semana foi marcada por forte volatilidade, instalada inicialmente pelos ruídos que antecederam a divulgação do arcabouço fiscal e depois pela reação à proposta em si, que se estendeu de ontem para hoje. “Ainda tem muita coisa a

ser explicada, tem muita ponta solta”, afirma o estrategista para juros e câmbio e sócio da Garin Investimentos, Felipe Beckel. Por ora, ele não vê possibilidade de cumprimento das metas sem aumentar imposto, na medida em que o governo deve enfrentar muita resistência no mundo político para desfazer desonerações e combater os “jabutis” que distorcem a arrecadação.

Em evento promovido pela Warren Rena, Ceron afirmou que parte do déficit decorre de uma renúncia tributária que equivale a 1,5% do PIB. Ele afirmou que o teto de gastos, que limitava o crescimento da despesa, não olhava para a receita. Com isso, era criado um incentivo para renúncia de receitas, o gerou uma pressão considerada pelo secretário insustentável para 2023. “Quem usa de manobras para pagar menos impostos, é dever do Estado para inibir esses comportamentos. As compensações tributárias cresceram mais de R\$ 100 bi nos últimos três anos”, disse. Ceron voltou a afirmar que o Ministério da Fazenda anunciará na próxima semana medidas fiscais para aumentar a arrecadação de 2023 em até R\$ 150 bilhões.

A partir de meados da tarde, a pressão foi suavizada pelos ventos externos vindos da fala “dovish” do presidente do Federal Reserve de Nova York, John Willians. Entre outras coisas, ele disse que a perspectiva para a economia é incerta e previu aumento gradual na taxa de desemprego para 4,5% em 2024.

IstoÉDinheiro

Data Mercantil

comercial@datamercantil.com.br

## Negócios

### Fintech de brasileiros bilionários ganhou 5.000 clientes após quebra do SVB



Enquanto o mundo das startups e todo o sistema bancário se desesperava com a falência do Silicon Valley Bank (SVB), uma fintech de dois brasileiros viu uma oportunidade: lançou uma linha de crédito para companhias afetadas e, em dois dias, ganhou 5.000 clientes e recebeu US\$ 2,3 bilhões (R\$ 11,7 bilhões) em depósitos.

“Em retrospectiva, parece que foi uma oportunidade ótima. Mas no calor do momento, foi muito arriscado”, diz Pedro Franceschi, que é um dos cofundadores Brex, fintech de cartões corporativos no Vale do Silício avaliada no ano passado em US\$ 12,3 bilhões.

Um dos bilionários mais jovens do planeta na lista da Forbes, Franceschi, 26, contou a história em palestra na sexta-feira (31) na Brazil Conference, evento organizado por alunos das universidades Harvard e MIT (Massachusetts Institute of Technology), em Cambridge, na região de Boston, nos EUA. “Eu não dormi muito na época e provavelmente não dormi até agora também”, brincou ele.

Maior banco em depósitos do Vale do Silício e 16º maior dos Estados Unidos, com US\$ 209 bilhões em ativos, o SVB entrou em colapso em 10 de março. Dois dias depois, o Fed (banco central americano) e o FDIC (fundo garantidor de crédito)

anunciou que honraria os depósitos do banco, de US\$ 175,4 bilhões, para evitar uma corrida bancária no país.

“Um dos nossos maiores competidores estava nessa área há 40 anos e estavam saindo do negócio”, disse Franceschi, que afirmou que cerca de 40% dos clientes da Brex também usavam serviços do SVB. Segundo ele, quatro horas após o anúncio da falência a Brex lançou a linha de crédito emergencial para todos os clientes do SVB.

Para o empresário, o resgate do Fed foi importante, caso contrário a falência do banco seria um “evento de extinção” para muitas startups.

Thiago Amâncio/Folhapress

### Além do ketchup: a nova empreitada da Heinz no Brasil são as mostardas premium



Sob o comando do executivo Fernando Rosa, a operação brasileira da gigante de alimentos Kraft Heinz tem se reconfigurado em prol de um consumidor mais moderno e atento a tendências ligadas à sustentabilidade, bem-estar e com lançamentos que vão além dos tradicionais ketchups.

Foi sob a batuta de Rosa, por exemplo, que a operação brasileira da empresa adquiriu as marcas brasileiras BR Spices e Hemmer, além de lançar as maioneses temperadas e feitas à base de ovos caipiras, produzidos por galinhas criadas livremente.

Agora, a empreitada da Heinz para se tornar uma das principais marcas de alimentos do Brasil ganha um novo

### Vai dar praia: mercado esquentado e oferece oportunidades para os pequenos negócios

A estação mais quente do ano movimentou o turismo brasileiro e impulsiona diferentes segmentos do mercado, como a moda praia. Somente em janeiro deste ano, mais de 868,5 mil turistas estrangeiros visitaram o Brasil, o maior número registrado nos últimos quatro anos, superando o período pré-pandemia, de acordo com a Polícia Federal. Com a retomada definitiva do turismo neste ano, a expectativa é que a moda praia apresente oportunidades de negócios para as micro e pequenas empresas ao longo de 2023.

De acordo com a analista do Sebrae, Kamila Merle, o mercado de moda praia é expressivo e significativo para a economia brasileira. “É um mercado com potencial e oportunidades para os pequenos negócios, com a geração de empregos e movimentação da cadeia produtiva do segmento que vai muito além da produção de roupas de banho,

mas inclui acessórios específicos para compor um look para a estação, como bolsas e saídas de praia”, ressaltou.

Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) apontam que a moda praia brasileira movimentou em torno de R\$ 5 bilhões por ano, tornando o país referência mundial neste mercado. Considerando o setor têxtil e de confecção nacional, são gerados em torno de oito milhões de empregos indiretos e 1,5 milhão de empregos diretos, segundo a ABIT.

Na cidade de Cabo Frio, Região dos Lagos do Rio de Janeiro, a “Rua dos Biquínis” é parada obrigatória para os turistas. O local reúne mais de 150 lojas de moda praia, fitness e acessórios. Uma dessas lojas é a Sal de Areia, comandada pela empresária Fabrícia Costa. Empreendedora do ramo da moda há 20 anos, ela decidiu começar nesse nicho há dois anos, quando adquiriu a marca que já existia no mercado.

ASN Nacional



capítulo: a empresa está lançando uma linha de mostardas saborizadas, nas opções hot e honey (mel e pimenta). Os lançamentos fazem parte da estratégia da marca para se estabelecer na categoria de condimentos, que inclui molhos, itens saborizados e temperos —e que na avaliação da companhia ainda tem grande potencial de crescimento no Brasil. “Quando falamos do mercado brasileiro de condimentos é comum pensar em três categorias: ketchup, maioneses e mostarda. E nos faltavam novidades nesse último pilar”, diz Rosa, presidente da Kraft Heinz no Brasil, em entrevista. Até o momento, a marca Heinz só possuía uma opção de mostarda, no sabor tradicional, além dos também tradicio-

nais produtos da Hemmer e Quero, marcas pertencentes ao grupo.

A aposta reforça o interesse no mercado brasileiro, considerado estratégico pela companhia. “Hoje, o mercado brasileiro é nossa principal aposta em termos de inovação. Aqui é onde mais pesquisamos e desenvolvemos novas alternativas de produtos”, diz Rosa. Para o lançamento das mostardas adocicadas e picantes, foram necessários três anos de pesquisa.

Das três categorias oferecidas pela Heinz, a mostarda ainda era a única sem variações de sabor — além das maioneses temperadas, lançadas em 2022, a empresa já havia lançado o ketchup sabor pickles.

Exame